

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Via Varejo S.A.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente



Sumário

Relatório da Administração	2
Declaração da Diretoria sobre as demonstrações financeiras.....	14
Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	15
Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras	16
Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria	17
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	19
Balço patrimonial.....	25
Demonstração do resultado	26
Demonstração do resultado abrangente	27
Demonstração dos fluxos de caixa.....	28
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	29
Demonstração do valor adicionado	30
1. Contexto operacional	31
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	31
2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade	31
2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	31
2.3. Declaração de conformidade	31
2.4. Declaração de relevância	31
2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos.....	32
2.6. Impactos da COVID-19	32
2.7. Aquisições.....	34
2.8. Oferta subsequente de ações “Follow on”	36
3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados.....	36
4. Principais práticas contábeis.....	37
5. Caixa e equivalentes de caixa	43
6. Contas a receber.....	43
7. Estoques.....	46
8. Tributos a recuperar	47
9. Partes relacionadas.....	50
10. Investimentos	54
11. Imobilizado	56
12. Intangível.....	60
13. Empréstimos e financiamentos	65
14. Gerenciamento de riscos financeiros.....	67
15. Tributos a pagar.....	72
16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	72
17. Provisão para demandas judiciais	74
18. Operações de arrendamento mercantil.....	79
19. Receitas diferidas	82
20. Patrimônio líquido	84
21. Receita de venda de mercadorias e serviços.....	87
22. Despesas por natureza.....	89
23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	89
24. Resultado financeiro, líquido.....	89
25. Resultado por ação.....	90
26. Cobertura de seguros.....	90
27. Informações sobre os segmentos	91



Relatório da Administração

Apresentação

A Via Varejo S.A. **a Via de compras de todos os brasileiros onde, quando e como eles quiserem**, no cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta, a seguir, o Relatório da Administração com os resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Perfil

A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Via Varejo”), atua no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e móveis através das bandeiras “Casas Bahia” e “Ponto Frio”, além das plataformas de *e-commerce* “pontofrio.com.br”, “casasbahia.com.br” e “extra.com.br”. Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo - Brasil. A Companhia está listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), com o mais elevado padrão de governança corporativa, sob o código “VVAR3”.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 27 Centros de Distribuição e entrepostos e realizava suas vendas por meio de 1.052 filiais ativas (857 com a bandeira Casas Bahia e 195 com a bandeira Ponto Frio). Do total de lojas, 284 eram localizadas em *shopping centers* e 768 eram lojas de rua, localizadas em todas as regiões do país.

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas às perspectivas dos negócios da Companhia, projeções e ao seu potencial de crescimento constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e do mercado como um todo, logo, estando sujeitas a mudanças.

Mensagem da Administração

O ano de 2020 ficará marcado na memória não só dos brasileiros, mas do mundo inteiro. Foi um ano de muitas incertezas, inúmeras perdas e desafios complexos para todas as pessoas, empresas e governos. Na Via não foi diferente. Mas, mesmo diante deste cenário, o ano foi de superação e também de grandes conquistas. Em apenas um ano, a Companhia se reinventou, implantou e executou uma série de projetos, atraindo gente talentosa para essa transformação, fortaleceu seu posicionamento estratégico e aumentou a competitividade neste **novo cenário de varejo unificado**, um ambiente em que os mundos físico e o *online* - nossas lojas físicas, nossos CDs e todo nosso ecossistema digital - funcionam totalmente integrados de forma que as experiências proporcionadas a todos nossos clientes sejam únicas. Essa é a nossa essência: **a Via de compras de todos os brasileiros onde, quando e como eles quiserem**.

A transformação digital permitiu, em pouco tempo, uma grande virada no nosso crescimento e na nossa rentabilidade. Com a agilidade de uma *startup*, ganhamos expressiva participação de mercado em muitos segmentos e em todos os canais e categorias. Fechamos o ano de 2020 com um recorde histórico de evolução do GMV bruto que totalizou **R\$38,8 bilhões de reais**, um aumento de 21% em relação ao ano anterior. A maior participação do canal digital nas vendas totais foi a prova do sucesso da nossa transformação (~50% do GMV bruto de 2020 teve sua origem digital). Entregamos um robusto lucro de **R\$1,0 bilhão**, com uma evolução consistente do EBITDA Ajustado a cada trimestre, resultando também nos robustos **R\$2,9 bilhões** de reais no ano (crescimento de 171%). Esses números nos dão segurança de estarmos no caminho certo.

Ao final de dezembro, mais de 70% dos clientes que realizaram compras *online* se utilizaram de opções digitais *mobile* (*apps* e *mobile sites*). Nossos *apps* aparecem no *TOP 3* das melhores notas nas lojas de aplicativos. O número de usuários ativos mensais (MAU) mais que dobrou em relação ao patamar registrado em 2019 e alcançou quase 14,0 milhões ao final de dezembro. Nossos clientes estão se tornando cada vez mais multicanais, digitais e multiplataforma. E esse cliente digitalizado agora gasta duas vezes mais e retorna com mais frequência quando comparado àquele das lojas físicas. Nossa penetração em públicos de maior renda dobrou ao final do ano, reflexo da força da nossa estratégia de comunicação, da boa aceitação de nossas marcas e do sucesso do reposicionamento do tão querido “Bahianinho” para CB. Ou seja, hoje temos clientes de todas as classes sociais e idades, uma verdadeira democratização da nossa estratégia de atuação.

Os desafios trazidos pela pandemia exigiam uma resposta rápida e ousada: em um único dia tivemos que fechar todas as nossas mais de mil lojas. Ao final de 2019, 24% das vendas eram digitais. Rapidamente a Via mostrou sua capacidade de se reinventar e foi além – em duas semanas em março/2020 – nossos mais de 20 mil vendedores retomaram suas atividades de vendas, desta vez, de forma digital. Conhecido como “**Me chama no zap**”, a estratégia do vendedor *online*, uma experiência única de *e-commerce* humanizada, foi considerada um dos maiores “*cases de social selling*” do mundo. Essa inovadora plataforma de vendas foi fundamental para impulsionar nossas vendas no 1P e 3P. No 4T20 representou mais de R\$1,2 bilhão em vendas e R\$2,8 bilhões no ano de 2020.

Até nosso famoso crediário das Casas Bahia foi reinventado. Digitalizamos todo processo – da concessão à cobrança por qualquer meio físico ou digital. No formato totalmente digital está tendo ótima aceitação pelos clientes, seja via *apps*, *sites* ou *mobile sites*. Nas lojas o carnê já representa cerca de 25% das vendas (em 2019 representava cerca de 14%).

Em meados de 2019, iniciamos um processo de *turnaround*. Em novembro daquele ano estabelecemos um marco – um recorde na venda *online* com R\$2,2 bilhões na *Black Friday*. Mas, na *Black Friday* de 2020, esse número alcançou R\$3,0 bilhões de reais – novo recorde no varejo brasileiro. Nosso avanço de GMV e os ganhos de *market share* mostram que estamos ganhando o jogo. Faltava acertarmos a estrutura de capital: em junho de 2020 a Companhia reabriu o mercado de capitais, realizando uma oferta pública de ações (*follow-on*) de R\$4,5 bilhões de reais. Essa operação recebeu a premiação de Melhor Oferta de *Follow-on* na América Latina em 2020 pela Latin Finance.

Adicionalmente, concluímos a aquisição do controle do BanQi (Airfox), praticamente no início da pandemia, e fomos às compras, adquirindo a *logtech* ASAPLog, a I9XP – empresa especializada no desenvolvimento de tecnologias para *e-commerce* e, também uma participação minoritária relevante no Distrito, um *hub* de inovação e *startups*. Todas essas aquisições impulsionaram e impulsionarão nossa estratégia digital. O BanQi já é uma realidade como a carteira digital do brasileiro – uma excelente ferramenta de verdadeira inclusão / bancarização das classes C e D, oferecendo um portfólio de serviços financeiros, trazendo recorrência e rentabilidade para a Via. Já temos 3,3 milhões de *downloads* do *app* e 1,8 milhões de clientes ativos, 2,0 milhões de carnês geridos dentro da plataforma equivalente a R\$2,3 bilhões. Já disponibilizamos uma conta digital completa, incluindo serviços de pagamentos como *QR Code*, PIX, além da integração com as lojas Casas Bahia possibilitando saques e depósitos em qualquer das lojas da rede. Temos um *roadmap* com novas funcionalidades que inclui ofertas de crédito, conta pessoas jurídicas, integração com os *apps* da Casas Bahia e *marketplace* e diversas parcerias para 2021.

Via Varejo S.A.

Relatório da Administração Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Continuamos a enxergar grandes oportunidades de crescimento para a Via em 2021 e elevado potencial para contínua geração de valor:

- (i) Ganhar o jogo no *marketplace* (3P) - com ampla gama de serviços para nossos lojistas (*sellers*), aumento de frequência, "*spending*" e destino de compras de novas categorias;
- (ii) Dominar o jogo na logística para produtos leves e pesados, oferecendo uma gama completa de serviços via nossa plataforma Envvias para os *sellers* e o mar aberto (coleta, distribuição e armazenagem);
- (iii) Impulsionar nossa logística com mais entregas no mesmo dia (*same-day-delivery*);
- (iv) Expandir em, pelo menos, 120 lojas físicas para novas regiões/ cidades do norte e nordeste;
- (v) Crescer no 1P em categorias *core* e de alto volume;
- (vi) Alavancar nossa dominância nos segmentos de móveis e colchões;
- (vii) Aumentar cada vez mais a penetração nas classes de maior renda (somos o maior vendedor de iPhone do Brasil, por exemplo);
- (viii) Acelerar nossas ofertas de crédito (i) via crediário, no modelo tradicional e digital, (ii) crédito para os nossos clientes em produtos do *marketplace* e (iii) via cartões *co-branded*.
- (ix) Ter o BanQi como a via preferencial de serviços financeiros do brasileiro, fazendo uma verdadeira inclusão financeira das classes C e D, trazendo maior recorrência e também rentabilidade para a Via.

Nossa malha logística oferecerá aos nossos clientes e parceiros de *marketplace* mais opções de serviços ao realizar entregas de produtos leves e pesados no mesmo dia (*same-day delivery*), e isso não só nas grandes capitais, mas em todo Brasil. Temos a maior malha logística do varejo, com mais de 1.100.000 m² de armazenagem, mais de 1.000 lojas que superam 1.500.000 m² de armazenagem, que são utilizadas como *mini-hubs*, para vender, retirar e servem de ponto de despacho e retirada para compras e entregas de produtos realizados via *e-commerce* 1P e 3P, atendendo 100% da população brasileira. Tanto o investimento como o custo de toda essa estrutura já está suportado pelos volumes atuais. Com o crescimento esperado para este ano aproveitaremos ainda mais nossa capacidade instalada, acelerando os ganhos de produtividade.

Temos os clientes no centro da nossa estratégia o que refletiu na melhora de nossos indicadores de NPS e Reclame Aqui ao longo deste ano. Divulgamos também nesta data nosso relatório anual e de sustentabilidade que destaca nossas principais iniciativas nos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) no ano de 2020. Sem o forte engajamento dos nossos 47 mil colaboradores e a preferência dos nossos 85 milhões de clientes os resultados de 2020 provavelmente não teriam sido tão expressivos. Agradecemos nossos clientes e colaboradores, nossos lojistas, nossos acionistas, nossos conselheiros, aos analistas e fornecedores pela confiança depositada. #Boravarejar

Administração Via Varejo

Informações Consolidadas

Destaques Contábeis (R\$ Milhões)	4T20	4T19	%	2020	2019	%
Receita Bruta	11.274	8.875	27,0%	34.458	29.848	15,4%
Receita Líquida	9.470	7.613	24,4%	28.901	25.655	12,7%
Margem Bruta	30,5%	29,1%	1,4p.p.	32,8%	28,6%	4,1p.p.
EBITDA Ajustado	545	(35)	-	2.917	1.076	171,1%
Margem EBITDA Ajustada	5,8%	-0,5%	6,2p.p.	10,1%	4,2%	5,9p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo)	336	(875)	-	1.004	(1.433)	-
Caixa Líquido e Antecipações	4.807	2.213	117,2%	4.807	2.213	117,2%

(R\$ Milhões)	4T20	4T19	%	2020	2019	%
GMV Total Bruto (e-commerce e Lojas)	12.665	9.640	31,4%	38.827	32.078	21,0%
GMV Total Líquido (e-commerce e Lojas)	12.160	9.363	29,9%	37.306	31.206	19,5%
Vendas Digitais ¹	5.665	2.691	110,5%	18.099	7.449	143,0%
Participação (%) Vendas Digitais	46,6%	28,7%	17,8p.p.	48,5%	23,9%	24,6p.p.
GMV e-commerce (1P + 3P)	4.670	2.272	105,6%	15.989	6.357	151,5%
GMV (1P)	3.661	1.724	112,4%	12.766	4.658	174,0%
GMV Marketplace (3P)	1.009	548	84,2%	3.224	1.698	89,8%
Participação Marketplace (% GMV e-commerce)	21,6%	24,1%	(2,5p.p.)	20,2%	26,7%	(6,6p.p.)
Vendas Mesmas Lojas - Receita Bruta (%) ²	6,1%	-2,2%	8,3p.p.	7,7%	-1,6%	9,3p.p.

¹ GVM e-commerce + Retira Rápido

² Lojas abertas e vendas comparáveis considerando as restrições de funcionamento da pandemia

Desempenho de Receita Bruta por canal

R\$ milhões	4T20	4T19	%	2020	2019	%
Lojas Físicas	7.490	7.091	5,6%	21.317	24.849	(14,2%)
Online	3.784	1.784	112,1%	13.141	4.895	168,5%
Atacado*	-	-	na	-	104	na
Receita Bruta	11.274	8.875	27,0%	34.458	29.848	15,4%

(*) Canal descontinuado ao longo do 2019

A Receita Bruta consolidada apresentou um crescimento de 27,0% vs. 4T19 para R\$11,3 bilhões impulsionada pelo forte desempenho do *online* (evolução de 112,1% da Receita Bruta *Online* e 5,6% da Receita Bruta de Lojas Físicas).

Lojas Físicas - GMV de R\$7,5 Bi e SSS de 6,1%

A receita bruta de lojas físicas apresentou um crescimento de 5,6% vs. 4T19 para R\$7,5 bilhões e representou 66% das vendas no trimestre. No critério mesmas lojas o desempenho foi positivo em 6,1% no período. No ano de 2020 o desempenho mesmas lojas (SSS) foi de 7,7%.

Online - GMV de R\$4,7 Bi e Receita Bruta de R\$3,8 Bi

O GMV do *e-commerce* foi de R\$4,7 bilhões no trimestre, **atingindo crescimento expressivo de 106%**. A receita bruta do canal *online* apresentou crescimento aproximado de 112% no 4T20 em relação ao 4T19, fruto das melhorias nos prazos de entrega, da maior assertividade comercial, mas principalmente pela robusta base de clientes e ganhos de *market share*. A maior penetração de ferramentas *online* (*Sites* e *Aplicativos*), a introdução de melhorias na experiência do cliente e o sucesso das iniciativas de *marketing* foram cruciais para o excelente resultado conquistado. **Nosso 1P cresceu 112% no período**, com expressivos ganhos de *market share* e evolução da rentabilidade.

O GMV do 3P apresentou crescimento de 84% no 4T20, reflexo da estratégia de contínua expansão no número de lojistas (*sellers*), maior oferta de produtos e melhoria do nível de serviço. Durante o 4T20, aceleraremos a entrada de novos lojistas (*onboarding*) através de melhorias no processo de cadastramento de modo que encerramos o ano com cerca de 10 mil lojistas ativos, um incremento de 90% vs. 4T19, e com mais que o dobro de sortimento de 7 milhões de SKUs. Atualmente o número de *sellers* é de cerca de 15 mil.

Abertura da Receita Bruta

R\$ milhões	4T20	4T19	%	2020	2019	%
Mercadoria	10.317	8.020	28,6%	31.281	26.541	17,9%
Serviços de Frete e Montagem	127	119	6,7%	458	422	8,5%
Serviços	341	277	23,1%	1.020	1.143	(10,8%)
Crediário/Cartões	489	459	6,5%	1.699	1.742	(2,5%)
Receita Bruta	11.274	8.875	27,0%	34.458	29.848	15,4%
Frete, serviços, crediário e montagem	957	855	11,9%	3.177	3.307	(3,9%)
% Receita Bruta Total	8,5%	9,6%	(1,1 p.p.)	9,2%	11,1%	(1,9 p.p.)

Composição Consolidada das Vendas	4T20	4T19	%	2020	2019	%
À vista	24,9%	24,0%	0,9 p.p.	24,1%	22,3%	1,84 p.p.
Carnê	14,7%	10,8%	4,0 p.p.	11,6%	11,3%	0,34 p.p.
Cartão de Crédito - Co-branded	8,0%	12,0%	(4,0 p.p.)	8,5%	11,8%	(3,28 p.p.)
Cartão de Crédito - Outros	52,3%	53,2%	(0,9 p.p.)	55,7%	54,6%	1,09 p.p.

No 4T20 apresentamos boa evolução e crescimento em todas as linhas que compõe a Receita Bruta. Adicionalmente, retomamos as iniciativas de crediário que surtiu efeito positivo conforme observado na mudança no perfil de financiamento das compras, com maior penetração no carnê (+4,0p.p.).

Lucro Bruto

R\$ milhões	4T20	4T19	%	2020	2019	%
Lucro Bruto	2.892	2.215	30,6%	9.466	7.343	28,9%
% Margem Bruta	30,5%	29,1%	1,4p.p.	32,8%	28,6%	4,1p.p.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

R\$ milhões	4T20	4T19	%	2020	2019	%
Despesas de Vendas, Gerais e Adm.	-2.402	-2.311	3,9%	-6.783	-6.495	4,4%
% Receita Líquida	-25,4%	(30,4%)	5,0p.p.	(23,5%)	-25,3%	1,8p.p.

No 4T20, as despesas com vendas, gerais e administrativas tiveram aumento de 3,9%, muito inferior ao desempenho de vendas no mesmo período.

EBITDA Ajustado

R\$ milhões	4T20	4T19	%	2020	2019	%
EBITDA	316	(806)	na	2.531	-159	na
% Margem EBITDA	3,3%	(10,6%)	13,9p.p.	8,8%	-0,6%	9,4p.p.
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais	229	771	(70,3%)	386	1.235	(68,7%)
EBITDA Ajustado	545	(35)	na	2.917	1.076	171,1%
% Margem EBITDA Ajustada	5,8%	(0,5%)	6,2p.p.	10,1%	4,2%	5,9p.p.

O EBITDA Ajustado foi de R\$545 milhões no período, com margem de 5,8%, 6,2p.p. superior ao 4T19.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	4T20	4T19	%	2020	2019	%
Receitas financeiras	21	13	61,5%	83	58	43,1%
Despesas financeiras	(251)	(225)	11,6%	(1.103)	(1.072)	2,9%
Despesas Financeiras Dívidas	(64)	(31)	106,5%	(195)	(65)	200,0%
Despesas Financeiras CDCI	(57)	(58)	(1,7%)	(222)	(237)	(6,3%)
Custo Venda Recebível do Cartão	(12)	(37)	(67,6%)	(180)	(311)	(42,1%)
Juros de Passivo de arrendamento	(96)	(108)	(11,1%)	(388)	(423)	(8,3%)
Outras despesas financeiras	(22)	9	(344,4%)	(118)	(36)	227,8%
Resultado financeiro antes de atualizações	(230)	(212)	8,5%	(1.020)	(1.014)	0,6%
% Receita Líquida	-2,4%	(2,8%)	0,4p.p.	(3,5%)	(4,0%)	0,4p.p.
Atualizações Monetárias	159	27	488,9%	324	52	523,1%
Resultado financeiro líquido	(71)	(185)	(61,6%)	(696)	(962)	(27,7%)
% Receita Líquida	-0,7%	(2,4%)	1,7p.p.	(2,4%)	(3,7%)	1,3p.p.

Durante o 4T20 retomamos a política de desconto de recebíveis de cartões de crédito, porém numa menor proporção. Para o ano de 2020 houve redução de 42,1% nos descontos de recebíveis de cartão devido ao fortalecimento de caixa ocorrido no 2T20, principalmente em função da conclusão da oferta de *follow-on*.

Lucro líquido (prejuízo)

R\$ milhões	4T20	4T19	%	2020	2019	%
LAIR	21	(1.239)	na	923	-2.004	na
% Receita Líquida	0,2%	(16,3%)	16,5p.p.	3,2%	-7,8%	11,0p.p.
Imposto de Renda	315	364	(13,5%)	81	571	(85,8%)
Lucro Líquido (Prejuízo)	336	(875)	na	1.004	(1.433)	na
Margem Líquida	3,5%	(11,5%)	15,0p.p.	3,5%	-5,6%	9,1p.p.

A Companhia reportou lucro líquido contábil no 4T20 de R\$336 milhões, revertendo o prejuízo de R\$875 milhões.

Ciclo Financeiro

R\$ milhões	4T20	4T19	(+/-)
(+/-) Estoques	6.176	4.565	+1.611
Dias Estoques ¹	84	78	6dias
(+/-) Fornecedores²	11.546	7.925	+3.621
Dias Fornecedores Total ¹	156	136	21dias
Variação Ciclo Financeiro	5.370	3.360	+2.010

¹ Dias de CMV.

² Fornecedores + Fornecedores Convênio. Seriam os valores do ciclo financeiro se não houvesse a operação de CCB que reclassificou o saldo de fornecedores para rubrica "Empréstimos e financiamentos" no montante de R\$2,5 bilhões e R\$ 760 MM do programa de antecipação a fornecedores com caixa próprio (Portal) feito em dez/20.

Encerramos o 4T20 com aumento nos estoques e fornecedores, observando uma variação de R\$ 2,0 bilhões no ciclo financeiro. O aumento dos estoques (variação de R\$1,6 bilhão vs. 4T19) é devido a uma decisão estratégica de fortalecimento da posição de estoques considerando o atual momento do mercado e risco de desabastecimento. Tal decisão provou-se acertada em 2020 reflexo do ganho de *market share* observado no período.

Capital de Giro

Nos últimos 12 meses, a variação do capital de giro ajustado contribuiu em R\$1,9 bilhão para a geração de caixa operacional, com destaque para a disciplina no giro dos estoques como estratégia para alavancar o crescimento *online* e garantir o abastecimento de produtos.

Com o fortalecimento e robustez do caixa, a Companhia ampliou o programa de antecipação a fornecedores com caixa próprio - Fornecedores Portal - e realizou antecipações no valor de R\$760 milhões no ano de 2020.

R\$ milhões	dez/20	dez/19	Δ
(+) Contas a receber (sem cartões de crédito)	2.840	2.190	650
(+) Estoques	6.176	4.565	1.611
(+) Partes relacionadas	209	139	70
(+) Impostos a recuperar	1.394	1.050	344
(+) Outros ativos	578	222	356
(+) Ativos circulantes operacionais	11.197	8.166	3.031
(-) Fornecedores	8.283	7.925	358
(-) Fornecedores Portal	760	0	760
(-) Reclassificação CCB	2.503	0	2.503
(-) Carnês financiamento ao consumidor	4.003	3.289	714
(-) Obrigações sociais e trabalhistas	612	401	211
(-) Tributos a pagar	276	198	78
(-) Partes relacionadas	26	119	(93)
(-) Receita diferida	385	369	16
(-) Outros contas a pagar	1.563	1.168	395
(-) Passivos circulantes operacionais	18.411	13.469	4.942
Δ	7.214	5.303	1.911

Estrutura de Capital

ESTRUTURA DE CAPITAL (em R\$ milhões)	dez/20	dez/19
(-) Empréstimos e Financiamentos circulante	(2.684)	(1.655)
(-) Empréstimos e Financiamentos não circulante	(1.765)	(500)
(-) Endividamento Bruto	(4.449)	(2.155)
(+) Caixa e aplicações financeiras	2.984	1.364
(+) Contas a Receber - Cartões de Crédito	5.512	3.004
(-) Caixa Líquido Ajustado	4.047	2.213
Endividamento de Curto Prazo / Total	60,3%	76,8%
Endividamento de Longo Prazo / Total	39,7%	23,2%
EBITDA Ajustado (Últimos 12 Meses)	2.917	1.076
Caixa Líquido Ajustado / EBITDA Ajustado	1,4 x	2,1 x
Caixa, Aplicações e Cartões de Crédito	8.496	4.368

Nos últimos 12 meses, a Companhia aumentou sua posição de caixa líquido ajustado em R\$ 1,8 bilhão.

Via Varejo S.A.

Relatório da Administração
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Investimentos

No 4T20 os investimentos da Via Varejo totalizaram R\$181 milhões.

Direcionados principalmente para a evolução tecnológica, expansão, reforma de lojas e logística, divididos conforme o quadro abaixo.

R\$ milhões	4T20	4T19	%	2020	2019	%
Logística	16	7	142,3%	49	28	73,1%
Novas Lojas	39	18	122,2%	55	97	(43,4%)
Reforma de lojas	18	13	43,4%	47	54	(12,9%)
Tecnologia	99	69	42,3%	259	225	15,0%
Outros	9	8	16,9%	26	33	(21,3%)
Total	181	114	58,9%	434	436	(0,4%)

Movimentação de Lojas por Formato e Bandeira

Casas Bahia	4T19	3T20	Abertas	Fechadas	4T20
Rua	668	669	17	15	671
Shopping	184	185	3	2	186
Quiosque	3	0	0	0	0
Consolidado (total)	855	854	20	17	857
Área de Vendas (mil m²)	822	823	11,8	13,8	820
Área Total (mil m²)	1.319	1.320	19,9	23,5	1.317

Pontofrio	4T19	3T20	Abertas	Fechadas	4T20
Rua	112	111	0	14	97
Shopping	102	99	0	1	98
Quiosque	2	0	0	0	0
Consolidado (total)	216	210	0	15	195
Área de Vendas (mil m²)	118	116	0	9,2	107
Área Total (mil m²)	201	198	0	14,9	184

Consolidado	4T19	3T20	Abertas	Fechadas	4T20
Rua	780	780	17	29	768
Shopping	286	284	3	3	284
Quiosque	5	0	0	0	0
Consolidado (total)	1.071	1.064	20	32	1.052
Área de Vendas (mil m²)	939	938	11,8	23,0	927
Área Total (mil m²)	1.521	1.519	19,9	38,4	1.500

Mercado de Capitais

Em 03 de junho de 2020, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração (RCA) a emissão inicial de 220.000.000 ações ordinárias, com esforços restritos de colocação, a qual poderia ser acrescida em até 35%, ou seja, em até 77.000.000 de ações ordinárias (“Ações Adicionais”), a depender da demanda.

A cotação de fechamento das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 em 3 de junho de 2020, foi de R\$13,48 (valor este meramente indicativo do Preço por Ação), o qual poderia variar para mais ou para menos, conforme conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Dessa forma, o montante total da Oferta Restrita, com base neste Preço por Ação indicativo, seria de R\$2.965.600.000,00, sem considerar a colocação das Ações Adicionais, ou de R\$4.003.560.000,00, considerando a colocação das Ações Adicionais.

O preço por Ação foi fixado em R\$15,00 pelo Conselho de Administração, após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores profissionais. Diante do preço por Ação e da emissão de 297.000.000 ações, o montante total da Oferta foi de R\$4.455.000.000,00.

O capital social da Companhia foi aumentado em R\$2.227.500.000,00, mediante a emissão de 297.000.000 de novas ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de junho de 2020, e o valor remanescente de R\$2.227.500.000,00 foi destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações.

Os recursos líquidos oriundos da Oferta Restrita foram destinados para (i) investimentos em tecnologia e logística, inovação e desenvolvimento; e (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia, incluindo reforço de capital de giro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou valor de mercado de R\$25.813 milhões, considerando a cotação final da ação de R\$16,16 em 30/12/2020.

O preço final da ação teve valorização de 44,7% quando comparado com o exercício anterior, passando de R\$11,17 para R\$16,16, refletindo a expectativa do mercado em relação aos resultados da Companhia. Já o índice Ibovespa apresentou valorização de 2,9% no período.

Exercício Social

O exercício social da Companhia coincide com o ano calendário, e as demonstrações financeiras serão levantadas ao término de cada ano, de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e demais dispositivos legais aplicáveis.

A Companhia levantará balanços intermediários, observando as disposições legais aplicáveis.

Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para os tributos sobre o resultado do exercício.

Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Administração apresentará à Assembleia Geral proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções ou acréscimos, realizadas decrescentemente e nessa ordem:

- (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social;
- (b) Montante destinado à formação de reservas para contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores;
- (c) Lucros a realizar e reversão dos lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício;
- (d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório; e
- (e) A parcela remanescente do lucro líquido será destinada: (i) à reserva para investimento e expansão, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) ao reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.

A Companhia poderá declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários, à conta de (i) lucros apurados nos balanços intermediários, previstos no Parágrafo Único do Artigo 31 acima, (ii) lucros acumulados ou (iii) de reservas de lucros.

Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o artigo 33 deste Estatuto Social.

Via Varejo S.A.

Relatório da Administração Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

O Conselho de Administração poderá ainda, determinar o pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e limite da legislação aplicável, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório anual.

Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

Relacionamento com a Auditoria Externa

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, revisões trimestrais das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada.

Com objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços não relacionados à auditoria que representaram mais de 5% (cinco por cento) dos honorários de auditoria durante o exercício de 2020.

Destaques ASG (ESG) 2020

Valor Adicionado

O Valor Adicionado no exercício totalizou R\$7.270 milhões. Desse montante, R\$1.907 milhões, 26,23% do Valor Adicionado, foram destinados aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições.

Gestão de Pessoas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía um quadro com 47.485 colaboradores, 8,4% superior ao número apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que era de 43.821 colaboradores.

Conforme mencionado anteriormente, em um único dia tivemos que fechar todas as nossas mais de mil lojas físicas. À época, março de 2020, apenas 24% das vendas eram digitais. Rapidamente a Via mostrou sua capacidade de se reinventar e foi além – em duas semanas nossos mais de 20 mil vendedores de lojas retomaram suas atividades de vendas, desta vez, de forma digital. Conhecido como “Me chama no zap”, a estratégia do vendedor *online*, uma experiência única de *e-commerce* humanizada, foi considerada um dos maiores “*cases de social selling*” no mundo e virou até estudo de caso do Facebook. A Companhia agiu rápido, priorizou a manutenção de empregos diante das incertezas advindas da pandemia, ainda aumentou em 8,4% o número de colaboradores quando comparado com o ano anterior.

Ambientais

Logística reversa: O número de coletores de eletroeletrônicos usados nas lojas da Via Varejo foi triplicado, chegando a um total de 400 no ano.

Reciclagem: Por meio do programa REVIVA, foram enviadas mais de 5 mil toneladas de material para reciclagem, beneficiando 250 famílias de 11 cooperativas parceiras.

Via Varejo S.A.

Relatório da Administração Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Eficiência logística: A companhia aumentou a integração da sua malha logística, com a ampliação no número de *mini-hubs*, no serviço Retira Rápido e na atuação da ASAPLog como solução para a etapa final da entrega (última milha), agilizando as entregas para o consumidor, reduzindo custos e gerando menos emissões.

Energia solar: A Via Varejo contratou duas usinas solares que gerarão energia elétrica para 57 filiais no estado do Rio de Janeiro a partir de 2021. Elas se somarão às 79 lojas de Minas Gerais que hoje são 100% abastecidas pela energia gerada pela usina solar mantida pela Companhia no estado.

Lojas sem papel: 43% dos boletos do carnê emitidos nas lojas já são digitais, refletindo numa substancial redução de impressão de papel.

Combate à Covid-19: Agilidade na tomada de decisões, criatividade e capacidade de adaptação fizeram com que a Via Varejo conseguisse manter a segurança de seus colaboradores e clientes, a continuidade das suas operações e concluisse o ano com resultados ESG e financeiros positivos.

Sociais

Comunidades em primeiro lugar: A Fundação Casas Bahia registrou o maior investimento da sua história, com um valor 74% superior ao do ano anterior, mudando sua forma de atuação para atender as necessidades emergenciais das comunidades geradas pela pandemia de covid-19, em todo o território nacional.

Foco na diversidade: Foram realizadas diversas ações para reforçar o compromisso da Via Varejo com a diversidade e a inclusão, como o fortalecimento dos grupos de afinidade, a adesão a iniciativas públicas e o reposicionamento estratégico das suas marcas, entre outras.

Nova identidade: A marca Casas Bahia adotou uma nova identidade visual, um novo personagem, o CB, e um novo posicionamento de marca, com foco na inclusão e na sustentabilidade: “Nossa casa é o Brasil. Nossa causa é o brasileiro”.

Inclusão digital e bancária: A companhia criou novas ferramentas para atender seus clientes, como o Me Chama no Zap e o Crediário Digital, além de expandir o marketplace e os serviços oferecidos pelo banQi, promovendo a inclusão digital e bancária de milhares de pessoas.

Governança Corporativa

A Companhia possui uma estrutura de Governança bastante robusta, visando garantir uma gestão eficiente e responsável, observando sempre as melhores práticas do mercado, de acordo com as leis, instruções e demais regras aplicáveis, além dos compromissos assumidos pela Companhia com seus clientes, investidores e toda a sociedade, especialmente no que se refere a transparência. A Governança da Companhia está estruturada da seguinte forma: Assembleia Geral; Conselho de Administração; Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, com objetivo, além de outros, de assegurar que os controles de riscos estão em pleno funcionamento; Comitê de Finanças; e um Comitê de Pessoas, Inovação e Governança, que também conta com membro independente, em que são discutidos temas de pessoas e aprimoramento da governança além, é claro de uma Diretoria Executiva responsável pela implementação e execução da estratégia da Companhia. Além disso, a Companhia conta com Conselho Fiscal, órgão não permanente, mas que tem sido instalado nos últimos anos, sempre muito atuante e que ajuda a garantir ainda mais transparência às práticas adotadas pela Companhia.

Conselho de Administração: Em relação a alterações recentemente ocorridas, em junho de 2020, a Assembleia Geral elegeu um novo Conselho de Administração e um novo presidente foi indicado, Raphael Klein. Com ampla experiência na Via Varejo, tendo ocupado inclusive a posição de CEO da Companhia quando de sua criação, Raphael possui muita experiência na área de tecnologia, atuando sempre em conjunto com a Diretoria Executiva para garantir a continuidade da transformação e digitalização da companhia. Destaca-se ainda que o perfil e tamanho enxuto da nova composição contribuem para um processo ágil de tomada de decisão. O Conselho de Administração da Companhia possui 3 membros independentes de um total de 5 membros.

Via Varejo S.A.

Relatório da Administração Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Vale destacar ainda, que a Companhia possui uma área interna de Governança Corporativa, que atua no sentido de apoiar os órgãos e garantir a implementação das práticas aprovadas e/ou das práticas recomendadas pelo mercado, que atua sempre em conjunto com a área de Relações com Investidores no controle dos períodos de bloqueio à negociação, monitoramento e reporte de transações entre partes relacionadas, inclusive com a utilização de modernos sistemas para suporte, registro e garantia da continuidade da boa governança.

Revisão do Código de Conduta Ética: Além de outras diversas medidas, a Companhia revisou e aprovou o novo Código de Ética para reforçar o compromisso da companhia com a diversidade e com o combate à violência de gênero e o assédio moral.

Via Varejo S.A.

**Declaração da Diretoria sobre as demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

Declaração da Diretoria sobre as demonstrações financeiras

Os Diretores da Via Varejo S.A. (“Companhia”), em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, autorizando a sua conclusão nesta data.

São Caetano do Sul (SP), 02 de março de 2021.

Roberto Fulcherberguer - Diretor Presidente

Sérgio Augusto França Leme - Vice-Presidente Administrativo

Abel Ornelas Vieira - Vice-Presidente Comercial e de Operações

Orivaldo Padilha - Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Helisson Brigido Andrade Lemos - Vice-Presidente de Inovação Digital e Recursos Humanos

Via Varejo S.A.

Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020



Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Os Diretores da Via Varejo S.A. (“Companhia”), em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, autorizando a sua conclusão nesta data.

São Caetano do Sul (SP), 02 de março de 2021.

Roberto Fulcherberguer - Diretor Presidente

Sérgio Augusto França Leme - Vice-Presidente Administrativo

Abel Ornelas Vieira - Vice-Presidente Comercial e de Operações

Orivaldo Padilha - Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Helisson Brigido Andrade Lemos - Vice-Presidente de Inovação Digital e Recursos Humanos

Via Varejo S.A.

**Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras

O Conselho Fiscal da Via Varejo S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes – Ernst & Young Auditores Independente S.S., datado de 2 de março de 2021, opinam favoravelmente que os referidos documentos, em todos os aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a ser convocada, nos termos da Lei no 6.404/76.

São Caetano do Sul, 2 de março de 2021.

Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior – Presidente

Carlos Roberto de Albuquerque Sá – Membro

André Coji – Membro

Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração da Via Varejo S.A. (“Companhia”)

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia (“Comitê”) é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulamentação aplicável, principalmente pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 308/99, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno.

O Comitê foi instalado na reunião do Conselho de Administração de 24 de outubro de 2018, quando da migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado, sendo atualmente composto por 3 (três) membros.

Em 07 de julho de 2020, o Conselho de Administração aprovou a atualização do Regimento Interno do Comitê, bem como a nova composição do Comitê, a saber: (i) o Sr. Fernando Dal-Ri Múrcia foi destituído ao cargo de membro do Comitê; (ii) o Sr. Marcel Cecchi Vieira foi eleito como Coordenador do Comitê, e (iii) os Srs. Luiz Carlos Nannini e Rogério Paulo Calderón Peres foram eleitos como membros do Comitê. O mandato dos referidos membros vigorará até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia do ano de 2022.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com independência em relação à Diretoria. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

2. Atividades desenvolvidas

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias de tal órgão devem ser realizadas, no mínimo, bimestralmente. O Comitê reuniu-se 14 (quatorze) vezes no período de janeiro de 2020 a março de 2021.

Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais são assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia.

As principais atividades realizadas pelo Comitê no período de janeiro de 2020 a março de 2021 foram:

- (a) Revisão do Regimento Interno do Comitê de Ética e da Política de Brindes e Presentes da Companhia;
- (b) Acompanhamento da investigação independente conduzida pelo Comitê de Investigação acerca das denúncias anônimas recebidas pela Companhia referentes a irregularidades contábeis (“Investigação”);
- (c) Acompanhamento dos principais controles e práticas implementadas pela Companhia no sentido de mitigar as inconsistências apuradas na Investigação;
- (d) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (DF2019);
- (e) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2020 (1T20);
- (f) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de junho de 2020 (2T20);
- (g) Acompanhamento do plano de trabalho da Auditoria Externa da Companhia;
- (h) Acompanhamento da transição da área de Auditoria Interna da Companhia;

- (i) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2020 (3T20);
- (j) Revisão do novo Código de Conduta Ética da Companhia;
- (k) Revisão da nova Política de Contribuições, Doações e Patrocínios da Companhia;
- (l) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (DF2020).

3. Conclusões

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê quanto ao fechamento das Demonstrações Financeiras, em especial decorrente das informações prestadas pela Companhia, seus Auditores Independentes, os membros do Comitê manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos Acionistas em Assembleia Geral.

São Caetano do Sul, 01 de março de 2021.

Marcel Cecchi Vieira - Coordenador

Luiz Carlos Nannini - Membro

Rogério Paulo Calderón Peres - Membro



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Via Varejo S.A.
São Caetano do Sul - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Via Varejo S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Via Varejo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



Mensuração da provisão para demandas judiciais trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para demandas trabalhistas e cíveis totalizou R\$ 1.625 milhões na controladora e R\$ 1.653 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 17.c às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia e suas controladas são parte em número significativo de ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias trabalhistas e cíveis.

A mensuração, o reconhecimento contábil da provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos internos e externos.

Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento de órgãos fiscalizadores, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante todos os períodos apresentados; (ii) análise da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia; (iii) obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos; (iv) envolvimento de nossos especialistas tributários e atuariais na análise das probabilidades de perda e matemática do modelo adotado pela Companhia para constituição da provisão; e (v) avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas, em relação ao assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ativos de depósitos judiciais

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17.e às demonstrações financeiras, a Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas, e efetuou depósitos judiciais relacionados aos respectivos processos.

Normalmente, os referidos processos são encerrados após longo lapso temporal e envolvem não só discussões de mérito, mas também aspectos processuais, em observância à legislação vigente. Em decorrência destes aspectos, o reconhecimento contábil de adições e baixas na rubrica de depósitos judiciais requer um robusto controle por parte da Companhia e seus assessores jurídicos, para que ocorra de forma tempestiva.

Devido ao volume significativo de processos, bem como a representatividade sobre o total de ativos da Companhia, consideramos a contabilização dos depósitos judiciais como um principal assunto de auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos principais procedimentos de auditoria relacionados a esse assunto incluíram, dentre outros: (i) a verificação do relatório de causas que demonstra a posição dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com relação às propabilidades de desfecho das causas decorrentes dos processos em andamento, assim como, dos processos encerrados; (ii) leitura e análise de documentação que trata dos andamentos processuais, em conjunto com a verificação da documentação suporte dos depósitos a eles vinculados; (iii) verificação de documentação que comprove a efetiva baixa dos depósitos judiciais contabilizados no adequado período de competência; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas, em relação ao assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os valores relativos aos ativos de depósitos judiciais, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17.e, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização de créditos a recuperar de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de créditos tributários de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS totalizou R\$ 3.123 milhões na controladora e R\$ 3.127 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa nº 8.b às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. A análise de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS foi significativa para a nossa auditoria por considerarmos o seguinte: (i) os montantes desses créditos são relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e (ii) a elaboração dessa análise envolve julgamento por parte da administração da Companhia na determinação das projeções de débitos futuros de ICMS em suas operações, incluindo a consideração sobre regimes tributários especiais. Tais projeções podem ser afetadas por condições futuras de mercado e econômicas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo implementado pela administração para a elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados utilizados para a elaboração das projeções; (ii) a avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a exatidão matemática dos referidos cálculos; e (iii) envolvimento de nossos especialistas em tributos indiretos na avaliação sobre a aplicação da legislação tributária e dos regimes tributários especiais nas projeções utilizadas na análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as premissas relacionados à recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Via Varejo S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Julio Braga Pinto
Contador CRC-1SP209957/O-2

Balço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativos					
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.925	1.320	2.984	1.364
Contas a receber	6	7.901	5.111	7.907	5.112
Estoques	7	6.149	4.550	6.176	4.565
Tributos a recuperar	8	1.366	1.029	1.394	1.050
Partes relacionadas	9	254	151	209	139
Despesas antecipadas		276	53	281	54
Instrumentos financeiros - <i>hedge</i> de valor justo	13	-	2	-	2
Outros ativos		259	135	297	166
Total dos ativos circulantes		19.130	12.351	19.248	12.452
Não circulantes					
Contas a receber	6	888	366	888	366
Tributos a recuperar	8	4.052	2.793	4.052	2.794
Tributos diferidos	16 (c)	1.535	1.431	1.607	1.467
Partes relacionadas	9	57	86	97	123
Depósitos judiciais	17 (e)	654	609	676	629
Instrumentos financeiros		-	43	-	43
Outros ativos		136	150	137	151
Investimentos	10	1.173	973	206	145
Imobilizado	11	1.335	1.277	1.413	1.369
Intangível	12	661	547	1.653	1.245
Ativo de direito de uso	18	3.039	3.612	3.079	3.640
Total dos ativos não circulantes		13.530	11.887	13.808	11.972
Total dos ativos		32.660	24.238	33.056	24.424
Passivos					
Circulantes					
Fornecedores		7.704	7.232	7.799	7.278
Fornecedores convênio	14 (f)	484	647	484	647
Empréstimos e financiamentos	13	6.687	4.944	6.687	4.944
Tributos a pagar	15	273	194	276	198
Obrigações sociais e trabalhistas		582	389	612	401
Receitas diferidas	19	357	369	385	369
Partes relacionadas	9	51	121	26	119
Repasse a terceiros		637	515	653	515
Passivo de arrendamento	18	659	607	665	609
Outros passivos		864	639	910	653
Total dos passivos circulantes		18.298	15.657	18.497	15.733
Não circulantes					
Empréstimos e financiamentos	13	2.409	957	2.409	957
Receitas diferidas	19	1.036	1.266	1.108	1.266
Provisão para demandas judiciais	17 (c)	1.625	1.799	1.691	1.865
Tributos a pagar	15	22	25	23	25
Tributos diferidos	16 (c)	-	-	6	6
Passivo de arrendamento	18	3.249	3.936	3.298	3.974
Outros passivos		42	20	45	20
Total dos passivos não circulantes		8.383	8.003	8.580	8.113
Total dos passivos		26.681	23.660	27.077	23.846
Patrimônio líquido					
Capital social	20	5.039	2.903	5.039	2.903
Transações de capital		(1.232)	(1.232)	(1.232)	(1.232)
Reservas de capital		2.656	376	2.656	376
Ações em tesouraria		(1)	(1)	(1)	(1)
Reserva de lucros		1.004	-	1.004	-
Prejuízos acumulados		(1.420)	(1.420)	(1.420)	(1.420)
Outros resultados abrangentes		(67)	(48)	(67)	(48)
Total do patrimônio líquido		5.979	578	5.979	578
Total dos passivos e patrimônio líquido		32.660	24.238	33.056	24.424

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Via Varejo S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operações continuadas	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Receita de venda de mercadorias e serviços	21	28.893	24.486	28.901	25.655
Custo de mercadorias e serviços vendidos	22	(19.403)	(17.358)	(19.435)	(18.312)
Lucro bruto		9.490	7.128	9.466	7.343
Despesas com vendas	22	(5.893)	(5.174)	(5.892)	(5.564)
Despesas gerais e administrativas	22	(812)	(913)	(891)	(931)
Depreciações e amortizações	11, 12 e 18	(721)	(681)	(731)	(702)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(390)	(1.227)	(386)	(1.235)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		1.674	(867)	1.566	(1.089)
Resultado financeiro, líquido	24	(691)	(913)	(696)	(962)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(25)	(211)	53	47
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		958	(1.991)	923	(2.004)
Imposto de renda e contribuição social	16	46	558	81	571
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia		1.004	(1.433)	1.004	(1.433)
Lucro (prejuízo) do exercício por ação (Reais por ação)	25				
Básico					
Ordinárias		0,68707	(0,00111)		
Diluído					
Ordinárias		0,66838	(0,00111)		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Via Varejo S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	1.004	(1.433)	1.004	(1.433)
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Valor justo de instrumentos financeiros	(24)	(20)	(24)	(10)
Tributos sobre valor justo de instrumentos financeiros	8	7	8	4
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas	(3)	14	-	-
Incorporação Cnova	-	(7)	-	-
Ajustes de conversão do período	-	-	(3)	-
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	985	(1.439)	985	(1.439)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.004	(1.433)	1.004	(1.433)
Ajustes em					
Depreciação e amortização	11, 12 e 18	884	834	912	883
Equivalência patrimonial	10	25	211	(53)	(47)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(81)	(560)	(114)	(576)
Juros e variações monetárias, não realizados		428	666	431	681
Provisões para demandas judiciais, líquidas de reversões		781	1.871	808	1.906
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	6	799	541	800	585
Perda com alienação de ativo imobilizado e intangível	23	(58)	261	(59)	270
Perda estimada do valor recuperável líquido dos estoques	7	(13)	41	(12)	48
Receita diferida reconhecida no resultado		(249)	(367)	(269)	(368)
Remuneração baseada em ações		53	15	53	15
Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento	18	(129)	(1)	(125)	4
Descontos obtidos - arrendamento mercantil	18	(91)	-	(91)	-
Outros		(2)	(4)	(2)	(11)
Variações no capital circulante					
Contas a receber		(4.134)	(2.322)	(4.139)	(2.072)
Estoques		(1.586)	(269)	(1.599)	168
Tributos a recuperar		(1.272)	(42)	(1.426)	(26)
Partes relacionadas		(188)	(272)	(181)	(9)
Depósitos judiciais		(15)	371	(17)	367
Despesas antecipadas		(223)	(26)	(226)	(21)
Instrumentos financeiros - hedge de valor justo		-	7	-	7
Outros ativos		(110)	(97)	(114)	(92)
Fornecedores		237	137	283	(1.154)
Tributos a pagar		109	62	256	35
Obrigações sociais e trabalhistas		193	(110)	191	(137)
Repasse a terceiros		122	(22)	136	(25)
Receitas diferidas		6	(5)	7	(4)
Demandas judiciais	17	(909)	(1.122)	(936)	(1.137)
Outros passivos		247	71	251	(58)
Dividendos recebidos de investidas		5	9	10	10
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	(5)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(4.167)	(1.555)	(4.221)	(2.196)
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(347)	(458)	(362)	(472)
Alienação de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	-	-	6	16
Instrumentos financeiros		-	(40)	-	(40)
Aquisição de participação societária	10	-	-	(18)	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido		-	18	(70)	-
Aumento de capital em subsidiária	10	(176)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(523)	(480)	(444)	(496)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações	13	10.247	7.615	10.247	7.615
Pagamento de principal	13	(6.998)	(6.056)	(6.998)	(6.057)
Pagamento de juros	13	(466)	(305)	(466)	(305)
Pagamentos de principal - arrendamento mercantil	18	(420)	(486)	(424)	(497)
Pagamentos de juros - arrendamento mercantil	18	(383)	(406)	(389)	(415)
Recursos provenientes da emissão de ações		4.455	-	4.455	-
Pagamento de gastos com emissão de ações		(142)	-	(142)	-
Aumento de capital	20 (a)	2	4	2	4
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		6.295	366	6.285	345
Aumento (redução) líquido em caixa de equivalentes de caixa		1.605	(1.669)	1.620	(2.347)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	1.320	2.989	1.364	3.711
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	2.925	1.320	2.984	1.364
		1.605	(1.669)	1.620	(2.347)
Informações complementares de itens que não afetaram caixa					
Aquisição de imobilizado e intangível por meio de financiamento	11 e 12	137	60	138	62

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Via Varejo S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



Atribuível aos acionistas da Companhia												
Notas	Capital social	Transações de capital	Reservas de capital				Reservas de lucros				Total	
			Especial de ágio	Ágio na subscrição de ações	Incentivos fiscais	Opções outorgadas	Ações em tesouraria	Legal	Subvenção para investimento	Prejuízos acumulados		Outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.899	(1.232)	279	-	8	75	(1)	13	-	-	(42)	1.999
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.433)	-	(1.433)
Ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.433)	(6)	(1.439)
Aumento de capital	20 (a) 4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Opções outorgadas reconhecidas	20 (d)	-	-	-	-	14	-	-	-	-	-	14
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	(13)	-	13	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.903	(1.232)	279	-	8	89	(1)	-	-	(1.420)	(48)	578
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.004	-	1.004
Ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	(24)
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Ajustes de conversão do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.004	(19)	985
Aumento de capital	20 (a) 2.230	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.230
Gastos com emissão de ações	20 (a) (94)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(94)
Subvenção para investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	1.004	(1.004)	-	-
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	-	-	-	53	-	-	-	-	-	53
Ágio na subscrição de ações	20 (d)	-	-	2.227	-	-	-	-	-	-	-	2.227
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.039	(1.232)	279	2.227	8	142	(1)	-	1.004	(1.420)	(67)	5.979

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Via Varejo S.A.

Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Receitas		33.631	27.778	33.665	29.283
Venda de mercadorias e serviços	21	34.430	28.314	34.458	29.848
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	6	(799)	(541)	(800)	(585)
Outras receitas		-	5	7	20
Insumos adquiridos de terceiros		(25.993)	(22.250)	(25.958)	(23.538)
Custo de mercadorias e serviços vendidos		(21.799)	(18.568)	(21.654)	(19.407)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.474)	(3.462)	(4.580)	(3.898)
Recuperação (perda) de valores ativos		184	(220)	180	(233)
Outros		96	-	96	-
Valor adicionado bruto		7.638	5.528	7.707	5.745
Depreciações e amortizações	11, 12 e 18	(884)	(834)	(912)	(883)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		6.754	4.694	6.795	4.862
Valor adicionado recebido em transferência		394	(31)	475	239
Resultado de equivalência patrimonial	10	(25)	(211)	53	47
Receitas financeiras	24	419	180	422	192
Valor adicionado total a distribuir		7.148	4.663	7.270	5.101
Distribuição do valor adicionado		7.148	4.663	7.270	5.101
Pessoal		3.121	3.903	3.219	4.042
Remuneração direta		2.006	1.737	2.063	1.827
Benefícios		236	249	246	266
FGTS		156	200	160	206
Demandas judiciais trabalhistas		698	1.685	706	1.702
Outras despesas com pessoal		25	32	44	41
Impostos, taxas e contribuições		1.890	1.054	1.907	1.285
Federais		635	585	648	638
Estaduais		1.187	396	1.190	567
Municipais		68	73	69	80
Remuneração de capital de terceiros		1.133	1.139	1.140	1.207
Juros	24	1.110	1.093	1.118	1.154
Aluguéis		2	31	-	38
Outros		21	15	22	15
Remuneração de capitais próprios		1.004	(1.433)	1.004	(1.433)
Lucro (prejuízo) do exercício		1.004	(1.433)	1.004	(1.433)
Valor adicionado total distribuído		7.148	4.663	7.270	5.101

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Via Varejo”), atua no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e móveis através das bandeiras “Casas Bahia” e “Ponto Frio”, além das plataformas de *e-commerce* “pontofrio.com.br”, “casasbahia.com.br” e “extra.com.br”. Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo - Brasil. A Companhia está listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), com o mais elevado padrão de governança corporativa, sob o código “VVAR3”.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 27 Centros de Distribuição e entrepostos e realizava suas vendas por meio de 1.052 filiais ativas (857 com a bandeira Casas Bahia e 195 com a bandeira Ponto Frio). Do total de lojas, 284 eram localizadas em *shopping centers* e 768 eram lojas de rua, localizadas em todas as regiões do país.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e remuneração baseada em ações.

2.3. Declaração de conformidade

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de março de 2021.

2.4. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões.



2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos e mensuração de instrumentos financeiros.

2.6. Impactos da COVID-19

A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes na economia brasileira de uma forma geral e no setor de varejo em específico, incluindo orientações para restrição do horário de funcionamento e ou fechamento dos estabelecimentos comerciais. Esta situação resultou em condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, afetando a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia. Adicionalmente, o aumento significativo dos casos de COVID-19 em diversas regiões do Brasil onde a Companhia opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e de isolamento social culminaram no fechamento temporário de nossas lojas físicas a partir de 21 de março de 2020.

A partir do segundo trimestre de 2020, em virtude da implementação de novas estratégias e os investimentos realizados em tecnologia e na plataforma de negócios apresentamos uma forte aceleração das vendas via o canal digital resultando em expressivos ganhos de *market share*. Adicionalmente, as lojas foram sendo reabertas de acordo com os cronogramas e padrões de segurança definidos pelos Estados e municípios. A quantidade de lojas em funcionamento ao final de 30 de junho de 2020 era de 639. Durante o terceiro trimestre de 2020, as lojas foram gradativamente reabertas, de forma que, em 31 de dezembro de 2020, praticamente todas as lojas da Companhia já estavam em funcionamento. Independentemente da liberação para reabertura das lojas em diversos estados, a Companhia continua adotando uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) instituição de dois comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia da COVID-19; (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto perdurar a pandemia; (iii) otimização de estoque, com disponibilidade de mercadorias em quantidade suficiente para fazer frente a demanda futura e evitar possível falta de produtos; (iv) contínuo investimento em sua rede de lojas e centros de distribuição, logística, plataforma de negócios e canal *online*, buscando cada vez mais aprimorar o nível de serviço oferecido aos clientes que se tornaram cada vez mais multicanal; (v) manutenção da estrutura de *home office* para seus colaboradores enquanto for necessário, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes; e (vi) criação de um *hotline* 0800 para esclarecer eventuais dúvidas de nossos colaboradores relacionada a saúde em geral e especificamente à COVID-19 diante da pandemia.

Não obstante, neste momento, nem a Companhia nem sua Administração conseguem prever ou estimar precisamente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia, uma vez que a COVID-19 continua a impactar a atividade econômica mundial em geral e o desempenho do varejo brasileiro especificamente, representando novos riscos à Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios. Por outro lado, com o início do plano nacional de imunização é provável estimar uma melhora gradativa na atividade econômica brasileira no ano de 2021.



Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Companhia

a) Risco de continuidade operacional

Os riscos decorrentes de surtos de doenças e epidemias de saúde, notadamente aqueles oriundos da epidemia provocada pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e no mundo, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de desabastecimento para o setor de varejo, em virtude dos grandes países produtores de componentes eletroeletrônicos estarem localizados no continente asiático de modo que são importados com meses de antecedência. Estima-se que somente a China responde por 42% dos componentes eletrônicos importados pelas indústrias brasileiras do setor, adicionalmente estimamos que (ii) pode ser mais difícil ou oneroso obter financiamento para as operações ou refinar dívidas no futuro; (iii) impacto na condição financeira de alguns dos clientes e fornecedores e; (iv) alterar os programas de investimentos de uma forma geral.

A Companhia manteve seu planejamento de compras ao longo de 2020 para se precaver quanto ao risco de desabastecimento. Adicionalmente, a Companhia efetuou alongamento de dívidas de aproximadamente R\$4 bilhões durante o segundo trimestre de 2020 o que somado à capitalização via emissão da oferta subsequente de ações (*follow-on*) da Companhia no montante de aproximadamente R\$4,4 bilhões, resultou em reforço e preservação de caixa no total de R\$8,4 bilhões.

A Companhia acredita que não possui risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras que deteriorem o ambiente econômico e de negócios no segmento que a Companhia atua, ou mudanças relevantes na economia ou no mercado financeiro, com possível aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento, maior que estimado, podem levar a Companhia a rever suas estimativas de desempenho futuro e, eventualmente, podem afetar a capacidade da Companhia de atender suas obrigações e/ou levar a uma revisão de sua operação e perspectiva de crescimento futuro.

b) Risco de perdas com base no valor realizável dos estoques

O pronunciamento técnico CPC 16 - Estoques, estabelece que a Companhia mensure seus estoques pelo menor valor entre custo ou valor realizável líquido. Valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. A Companhia avalia mensalmente se os estoques estão apresentados por seu valor realizável, e quando aplicável, registra as perdas em virtude da existência de estoques com valor superior ao valor realizável. Para tanto, a Companhia utiliza o preço estimado de venda no curso normal dos negócios como premissa. O montante total de perda estimada ao valor realizável líquido está apresentado na nota explicativa nº 7.

c) Risco relacionado a recuperabilidade de ativos financeiros

As perdas esperadas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, e a Companhia considera os aspectos determinantes do risco de crédito do portfólio como o histórico de perdas. Além disso, a Administração avalia de forma constante fatores econômicos que poderiam afetar sua operação de crédito. Neste processo são levados em consideração dados internos e variáveis exógenas, como por exemplo, o nível de desemprego informado na PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, bem como outros indicadores macro econômicos que impactam os negócios da companhia, como nível de confiança do consumidor e renda.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, é o valor das contas a receber deduzido do valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes, que estão apresentados na nota explicativa nº 6.

d) Risco relacionado a recuperabilidade do ativo imobilizado

O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, sendo que o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

Anualmente, a Companhia realiza o teste de *impairment* de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras, em virtude do cenário macroeconômico. A Companhia realizou nova análise referente a necessidade de reduzir o valor recuperável os seus ativos. Vide nota explicativa nº 11.

e) *Covenants*

O pronunciamento contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, estabelece que se uma entidade quebrar um acordo contratual (*covenant*) de um empréstimo de longo prazo (índice de endividamento ou de cobertura de juros, por exemplo) ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do *covenant*. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data.

A manutenção do vencimento contratual das debêntures em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente. Os principais indicadores de cumprimento de cláusulas restritivas estão apresentados na nota explicativa nº 13(d).

2.7. Aquisições

De acordo com os Comunicados divulgados ao mercado, ao longo do exercício de 2020, a Companhia realizou aquisições de participações societárias. A conclusão destas aquisições e a integração entre os sistemas da Companhia e das novas controladas e coligadas marca mais uma etapa de estruturação do processo de *turnaround* que a Companhia vem desenvolvendo. A seguir mais detalhes acerca das aquisições realizadas:

a) ASAPLog Ltda. ("ASAPLog")

Em 27 de abril de 2020, a Companhia anunciou a aquisição de 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social da ASAPLog através da sua controlada e braço logístico do grupo, VVLog Logística Ltda.. A ASAPLog é uma empresa de tecnologia e atua no setor de logística ("*LogTec*"), especializada em soluções para logística urbana, além de conectar transportadoras nas etapas de longas distâncias, tornando o processo transacional (entre vendedores, entregadores e clientes) muito mais eficiente. Nos últimos anos, a ASAPLog vem transformando o cenário de entregas de pequenos varejistas de *e-commerce*, com uma plataforma de fácil usabilidade, privilegiando o "*crowdshipping*" como solução para a entrega última milha ("*last mile*"), contando com uma ampla rede de entregadores autônomos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essa aquisição é, portanto, uma relevante contribuição para o desenvolvimento acelerado em tecnologia logística da Companhia, trazendo forte apoio para explorar a integração da sua malha logística, inclusive controlando a gestão dos *Mini Hubs* (“*ship from store*”) e reduzindo drasticamente o custo logístico e o prazo de entrega. É, também, parte estratégica para a melhoria de soluções para os parceiros de *Marketplace* (“*sellers*”).

b) Carrier EQ, LLC (“Airfox”) /BanQi Instituição de Pagamento Ltda. (“BanQi”)

Em 21 de maio de 2020, a Companhia anunciou que concluiu a aquisição de 100% (cem por cento) Airfox através da sua controlada Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. A Airfox é uma *fintech* de origem norte-americana localizada em Boston e está organizada como um *hub* de inovação tecnológica. Em 31 de dezembro de 2020, a Airfox possui uma participação de 99,99% na subsidiária brasileira BanQi que é a plataforma de conta digital da Companhia. A integração do aplicativo permite aos usuários o acesso a serviços de depósitos, saque em lojas, assim como uma série de outros serviços financeiros, tais como a opção de pagar carnês, boletos, contas, fazer transferências e efetuar recargas de celular pelo aplicativo.

Em cumprimento ao CPC 15 – Combinação de Negócios, a Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos líquidos, adquiridos em 21 de maio de 2020.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição da Airfox é apresentado a seguir:

Balanco patrimonial	Valor justo na aquisição 21.05.2020
Ativos circulantes	45
Intangível – <i>software</i>	89
Ativos não circulantes	14
	148
Passivos circulantes	65
Passivos não circulantes	102
Patrimônio líquido	(19)
	148

Foi elaborado estudo por especialista independente para a efetivação da compra e segregação do ágio, utilizando as demonstrações financeiras da época da aquisição para a alocação do preço de compra. O ágio gerado na aquisição representa o montante de R\$189, que compreende a relação entre o valor da consideração transferida pela Companhia, no montante de R\$170, e o valor justo do patrimônio da empresa adquirida.

Este ágio é atribuído, principalmente, às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia.

O valor do desembolso de caixa para aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido, é de R\$50, que corresponde ao montante de R\$92, pago em 2020 deduzido do caixa adquirido de R\$42.

c) I9XP Tecnologia e Participações S.A. (“I9XP”)

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a celebração, por meio da sua controlada VVLog, dos documentos definitivos relativos à aquisição de 100% (cem por cento) das ações emitidas pela I9XP Tecnologia e Participações S.A. A I9XP é uma empresa de tecnologia especializada em desenvolvimento de soluções para o *e-commerce*. Essa aquisição faz parte da estratégia de aceleração da transformação digital da Companhia, desta vez focando na evolução de projetos especiais como *marketplace* e logística.

d) Growth Partners Investimentos e Participações S.A. (“Growth” ou “Distrito”)

Em 09 de novembro de 2020, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que por meio de sua controlada Cnova, foram celebrados os documentos definitivos relativos à aquisição de 16,67% do Capital da Growth Partners Investimentos e Participações S.A., sociedade que detém o controle da startup Distrito. Nessa ocasião, a Cnova adquiriu 14,58% do capital social da Distrito, bem como celebrou um instrumento de opção de compra de ações para aquisição de 2,09% das ações ordinárias de emissão da Distrito.

Fundado em 2014, o Distrito é um *hub* de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação digital através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberta, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, startups, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis.

2.8. Oferta subsequente de ações “Follow on”

Em 03 de junho de 2020, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração (RCA) a emissão inicial de 220.000.000 ações ordinárias, com esforços restritos de colocação, a qual poderia ser acrescida em até 35%, ou seja, em até 77.000.000 de ações ordinárias (“Ações Adicionais”), a depender da demanda.

A cotação de fechamento das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 em 3 de junho de 2020, foi de R\$13,48 (valor este meramente indicativo do Preço por Ação), o qual poderia variar para mais ou para menos, conforme conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Dessa forma, o montante total da Oferta Restrita, com base neste Preço por Ação indicativo, seria de R\$2.965.600.000,00, sem considerar a colocação das Ações Adicionais, ou de R\$4.003.560.000,00, considerando a colocação das Ações Adicionais.

O preço por Ação foi fixado em R\$15,00 pelo Conselho de Administração, após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores profissionais. Diante do preço por Ação e da emissão de 297.000.000 ações, o montante total da Oferta foi de R\$4.455.000.000,00. O capital social da Companhia foi aumentado em R\$2.227.500.000,00, mediante a emissão de 297.000.000 de novas ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de junho de 2020, e o valor remanescente de R\$2.227.500.000,00 foi destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações.

Os recursos líquidos oriundos da Oferta Restrita foram destinados para (i) investimentos em tecnologia e logística, inovação e desenvolvimento; e (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia, incluindo reforço de capital de giro.

3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, salvo pelas alterações mencionadas a seguir. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após. A Companhia está avaliando os impactos da adoção destas normas em suas demonstrações financeiras:

- Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

4. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras, são descritas a seguir.

a) Consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas informações contábeis das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Participação societária nas controladas

Investimentos	31.12.2020		31.12.2019	
	Participação direta	Participação indireta	Participação direta	Participação indireta
Controladas				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (“Bartira”)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. (“GAS”)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. (“LAKE”)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
VVLog Logística Ltda. (“VVLog”)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administradora de Consórcio Ltda. (“GAC”)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Cnova Comércio Eletrônico S.A. (“Cnova”)	100,00%	-	100,00%	-
ASAPLog Ltda. (“ASAPLog”)	-	100,00%	-	-
Carrier EQ, LLC (“Airfox”)	-	100,00%	-	-
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. (“BanQi”)	-	100,00%	-	-
I9XP Tecnologia e Participações S.A. (“I9XP”)	-	100,00%	-	-

Descrição das principais controladas

Indústria de Móveis Bartira Ltda.

A Indústria de Móveis Bartira Ltda. é uma sociedade limitada, e foi fundada em 11 de maio de 1962. Tem por objetivo a fabricação e comercialização de móveis em geral, com predominância em madeira. O controlador final é a Via Varejo S.A.

Globex Administração e Serviços Ltda.

A Globex Administração e Serviços Ltda. é uma sociedade limitada, que tem por objetivo prestar serviços de administração, locação, arrendamento e intermediação de bens imóveis.

Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda.

A Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. é uma *holding* que tem por objetivo concentrar as participações da Companhia nas empresas financeiras: Financeira Itaú CBD S.A. Créditos, Financiamento e Investimento (“FIC”), Banco Investcred Unibanco S.A. (“BINV”) e FIC Promotora de Vendas Ltda. Em 2020, a Via Varejo anunciou a conclusão da aquisição da Airfox através da sua controlada Lake, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.7 (b).

VVLog Logística Ltda.

A VVLog Logística Ltda. é uma sociedade limitada e foi fundada em 29 de agosto de 2000. Seu objetivo principal é otimizar as operações logísticas de sua controladora, Via Varejo S.A., tendo como foco principal a administração logística entre as lojas e centros de distribuição da Companhia. Em 2020, a VVLog anunciou a aquisição das empresas ASAPLog e I9XP, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.7.



Globex Administração de Consórcio Ltda.

A Globex Administração de Consórcios Ltda. possui autorização, conforme Certificação de Autorização nº 03/00/164/90 do Ministério da Fazenda, para administrar grupos de consórcio, formados para aquisição de bens duráveis a serem entregues pela sua controladora Via Varejo S.A., mediante cobrança de taxa de administração. Atualmente, a Administradora não possui grupos de consórcio ativos.

Cnova Comércio Eletrônico S.A.

A Cnova Comércio Eletrônico S.A. foi criada em 2014 a partir da contribuição de determinados ativos e passivos da Nova Pontocom, que pertencia ao Grupo Pão de Açúcar (“CBD”) e à Via Varejo S.A. (“Via Varejo”), visando à criação da Cnova N.V., com sede na Holanda. Com a reorganização societária ocorrida em 2016, a Cnova passou a ser controlada diretamente pela Via Varejo.

Em 1º de julho de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via Varejo. A partir dessa data, a Via Varejo passou a operar diretamente os negócios de *e-commerce* e de *marketplace* anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito conforme mencionado na nota explicativa nº 2.7 (d).

b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros, são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Passivos financeiros são classificados, inicialmente, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.



Mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber (exceto Administradoras de cartões de crédito) e Partes relacionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem saldos de Contas a Receber - Administradoras de cartões de crédito.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique, significativamente, os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

ii) Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Fornecedores, Fornecedores convênio, Empréstimos e financiamentos (exceto moeda estrangeira), Passivo de arrendamento, Partes relacionadas e Repasse a terceiros.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Os passivos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado compreendem saldos de Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.



Desreconhecimento

(i) Ativo financeiro

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa expiraram;
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e, (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

(ii) Passivo financeiro

Um passivo financeiro é desreconhecido quando:

- A obrigação especificada no contrato for liquidada ou cancelada
- Um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes.
- Os termos de um passivo existente são substancialmente modificados.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 - Instrumentos financeiros, para mensuração das perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base em características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante o período de 12 meses e as perdas de crédito históricas correspondentes, incorridas durante esse período, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia avalia periodicamente se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer tal avaliação, a Companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida.



Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no Balanço patrimonial da Companhia se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c) Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes, na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento e na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

d) Contabilização de *hedge*

A Companhia, eventualmente, utiliza instrumentos financeiros derivativos tais como *swaps* para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de *hedge*.

Estes instrumentos são classificados como *hedges* de valor justo, e registrados como *hedge accounting*, quando protegem de forma eficaz as variações do ativo ou passivo objeto de *hedge*.

O objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo são registrados adotando os seguintes procedimentos:

- O item designado como objeto de *hedge* é classificado como “mensurado ao valor justo”, e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro;
- As alterações do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo são reconhecidas como resultado financeiro a cada data de balanço.

Valor justo de empréstimos e instrumento financeiro derivativo

O valor justo dos instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* foram mensurados com base nas taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do vencimento dos instrumentos financeiros, sendo a taxa de desconto utilizada para o cálculo desenvolvida através das curvas DI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3. Para os empréstimos em moeda nacional é utilizada a curva DI, índice divulgado pela B3 e calculado pelo método da interpolação exponencial.

e) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é considerado praticamente certo.

f) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de sua demonstração financeira individual e consolidada, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

As demais políticas contábeis significativas estão divulgadas nas respectivas notas explicativas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Política contábil

Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor.

b) Composição dos saldos

	Taxa média ponderada	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e contas bancárias		106	132	118	136
Aplicações financeiras compromissadas	87,20 % do CDI a.a.	2.805	1.152	2.837	1.191
Aplicações financeiras automáticas	8,59 % do CDI a.a. (i)	14	36	14	37
Aplicações em títulos públicos (LFT's)	105,61 % da Selic a.a.	-	-	15	-
		2.925	1.320	2.984	1.364

(i) Referem-se a aplicação dos recursos disponíveis em conta corrente com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, resgatados automaticamente no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

6. Contas a receber

a) Política contábil

Os saldos registrados no contas a receber referem-se às atividades operacionais da Companhia decorrentes da venda de bens e serviços. Os demais contas a receber não relacionados às atividades operacionais são reconhecidos na rubrica "Outros ativos".

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso de Administradoras de cartões de crédito e (ii) custo amortizado, para todas as demais carteiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração dos saldos de contas a receber de Administradoras de cartões de crédito tem como base, operações comparáveis realizadas regularmente pela Companhia, enquanto que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado seguem o método da taxa efetiva de juros de cada operação. Para todas as carteiras há a consideração da perda estimada, reconhecida no resultado, conforme métodos explicados a seguir.

- A Companhia utiliza formas distintas para a avaliação de perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa para cada uma das carteiras. As carteiras são divididas entre: Financiamento ao consumidor CDCI, Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras;
- Para calcular a perda esperada da carteira de Financiamento ao consumidor CDCI, a Companhia se baseia nos perfis de pagamento de vendas durante o período de 12 meses e as perdas de crédito históricas correspondentes, incorridas durante esse período, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e ambiente econômico.
- Para as carteiras de Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras, a Companhia utiliza-se do histórico por meio de matriz de perdas para aplicar perdas estimadas.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Administradoras de cartões de crédito	5.512	3.004	5.512	3.004
Financiamento ao consumidor - CDCI (i)	3.275	2.529	3.275	2.529
Contas a receber - B2B (ii)	217	206	217	206
Outras contas a receber	327	227	334	228
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa	(542)	(489)	(543)	(489)
	8.789	5.477	8.795	5.478
Circulante	7.901	5.111	7.907	5.112
Não circulante	888	366	888	366

(i) Correspondem aos recebíveis das vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("CDCI"), conforme nota explicativa nº 13(a)(i), que podem ser parcelados em até 24 meses, cujo prazo médio de recebimento é de 14 meses.

(ii) Referem-se a vendas realizadas a outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

c) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Saldo no início do exercício	(489)	(427)	(489)	(498)
Perda estimada registrada no exercício	(799)	(541)	(800)	(585)
Incorporação Cnova	-	(72)	-	-
Baixas de contas a receber	746	551	746	594
Saldo no fim do exercício	(542)	(489)	(543)	(489)
Circulante	(477)	(440)	(478)	(440)
Não circulante	(65)	(49)	(65)	(49)

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



d) Composição por período de vencimento do contas a receber, antes da redução da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

		Controladora										
		31.12.2020					31.12.2019					
		Vencidos					Vencidos					
	A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61-90 dias	Acima de 90 dias	Total	A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61-90 dias	Acima de 90 dias	Total
Administradoras de cartão de crédito	5.496	-	-	1	15	5.512	3.004	-	-	-	-	3.004
Financiamento ao consumidor - CDCI	3.076	97	41	27	34	3.275	2.328	95	40	28	38	2.529
Contas a receber "B2B"	113	86	8	2	8	217	194	4	2	1	5	206
Outras contas a receber	321	2	2	1	1	327	225	-	-	-	2	227
	9.006	185	51	31	58	9.331	5.751	99	42	29	45	5.966
		Consolidado										
		31.12.2020					31.12.2019					
		Vencidos					Vencidos					
	A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61-90 dias	Acima de 90 dias	Total	A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61-90 dias	Acima de 90 dias	Total
Administradoras de cartão de crédito	5.496	-	-	1	15	5.512	3.004	-	-	-	-	3.004
Financiamento ao consumidor - CDCI	3.076	97	41	27	34	3.275	2.328	95	40	28	38	2.529
Contas a receber "B2B"	113	86	8	2	8	217	194	4	2	1	5	206
Outras contas a receber	326	2	2	2	2	334	226	-	-	-	2	228
	9.011	185	51	32	59	9.338	5.752	99	42	29	45	5.967

7. Estoques

a) Política contábil

O custo dos estoques baseia-se no custo médio ponderado, e os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e para que estejam em condições de venda.

Os estoques estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de *marketing*, entre outros. As bonificações são registradas no resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitam a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido.

b) Estimativas e premissas contábeis

O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e despesas diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para giro lento de mercadorias, margem negativa e quebras de estoque por roubo, furto e sucateamento, obtidos por meio de análise da perda histórica.

O valor realizável líquido é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de:

- (i) Tributos incidentes sobre a venda;
- (ii) Despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; e
- (iii) Custo do estoque.

c) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Lojas	1.970	2.184	1.970	2.184
Centros de distribuição	4.204	2.431	4.232	2.445
Almoxarifado	16	14	16	15
Perda estimada ao valor realizável líquido	(41)	(79)	(42)	(79)
	6.149	4.550	6.176	4.565

d) Movimentação da perda estimada para redução do custo ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Saldo no início do exercício	(79)	(42)	(79)	(94)
Reversões (adições)	13	(41)	12	(48)
Perdas realizadas	25	44	25	63
Incorporação Cnova	-	(40)	-	-
Saldo no fim do exercício	(41)	(79)	(42)	(79)

8. Tributos a recuperar

a) Política contábil

A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas” e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A expectativa de realização do ICMS é baseada na projeção de operações e crescimento, gestão operacional, legislação do ICMS de cada Estado e geração de débitos para consumo desses créditos por operação. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia reavaliou as expectativas de realização de créditos tendo como base as alterações de seus planos orçamentários e logísticos.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
ICMS a recuperar (i)	3.123	2.757	3.127	2.758
PIS e COFINS a recuperar (ii)	1.878	751	1.880	752
Imposto de renda e contribuição social	243	208	257	225
INSS a recuperar	163	98	169	98
Outros	11	8	13	11
	5.418	3.822	5.446	3.844
Circulante	1.366	1.029	1.394	1.050
Não circulante	4.052	2.793	4.052	2.794

(i) A expectativa de realização do ICMS a recuperar é indicada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2020	Controladora	Consolidado
2021	457	461
2022	633	633
2023	706	706
2024	563	563
2025	231	231
2026 a 2027	533	533
	3.123	3.127

O plano de realização do crédito de ICMS é acompanhado periodicamente com intuito de garantir o cumprimento das premissas estabelecidas, bem como reavaliação das mesmas conforme os eventos de negócio, permitindo o melhor desempenho da realização do crédito.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A realização do crédito ocorre, também, através de processo de ressarcimento junto às Secretarias da Fazenda Estaduais e requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Essa metodologia é determinada em legislação de cada Estado e é seguida pela Companhia.

(ii) A expectativa de realização do PIS e COFINS a recuperar é indicada a seguir:

<u>Em 31 de dezembro de 2020</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	578	580
2022	768	768
2023	532	532
	1.878	1.880

Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Desde a adoção da sistemática do regime de não cumulatividade do PIS e COFINS, a Companhia vem pleiteando judicialmente o direito de deduzir o ICMS e o ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS. Com o julgamento da tese pelo STF em sede de repercussão geral, ocorrido em 15 de março de 2017, bem como o Acórdão publicado em 02 de outubro de 2017, a Companhia passou a realizar o cálculo com as respectivas deduções.

Em dezembro de 2018, a Companhia alienou parte do direito aos créditos dessas ações para um terceiro, pelo valor total de R\$50. Em março de 2019, fez uma alienação adicional pelo valor de R\$50. Ambas as alienações foram registradas na rubrica de “Receitas de venda de mercadorias e serviços” de acordo com a política contábil da Companhia.

Em agosto de 2019, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado de processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

O montante registrado desses créditos totalizava R\$266 (em valores atualizados), sendo que destes, R\$152 deveriam ser transferidos ao adquirente dos créditos, dos quais R\$120 já haviam sido liquidados até 30 de setembro de 2020. Os R\$114 dos créditos restantes, que não fazem parte da Escritura Pública de Concessão de Crédito, são pertencentes a Companhia e foram registrados nas rubricas de “PIS e COFINS a recuperar”, sendo o principal de R\$64 registrado em “Custo de mercadorias e serviços vendidos” e atualização monetária de R\$50 em “Resultado financeiro, líquido”. A Companhia já habilitou os referidos créditos na Receita Federal do Brasil e compensou com débitos de tributos federais o montante de R\$150 de janeiro a dezembro de 2020.

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia readquiriu os créditos objeto da cessão supramencionada, pagando ao cessionário o montante de R\$190.

Em maio de 2020, a Companhia obteve decisão favorável em mais um processo de discussão do direito à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. O montante contabilizado no ano foi de R\$1.330 registrados nas rubricas de “PIS e COFINS a recuperar”, sendo o principal de R\$1.039 em “Custo de mercadorias e serviços vendidos” e atualização monetária de R\$291 em “Resultado financeiro, líquido”.

A Companhia ainda detém processos que aguardam trânsito em julgado. Em sua melhor estimativa, a Administração entende que os efeitos de tais créditos, referentes ao período de 2010 a fevereiro de 2017, totalizam aproximadamente R\$76 em 31 de dezembro de 2020 (R\$484 em 31 de dezembro de 2019). Estes valores consideram a atualização monetária e estão líquidos dos honorários a serem pagos aos advogados.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como sua possível modulação. No entanto, os assessores jurídicos da Companhia estimam que a decisão da aplicação dos efeitos da modulação não limitará o direito da ação judicial proposta.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

	Ativo (Passivo), líquido				Receita (Despesa), líquida			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Controlador (*)								
Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") (c), (d), (e), (f)	-	-	-	-	-	(9)	-	(12)
Controladas								
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (b), (d), (e)	21	9	-	-	(393)	(520)	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS") (d)	-	-	-	-	(1)	(2)	-	-
ASAPLog Ltda. ("ASAPLog") (e)	-	-	-	-	(4)	-	-	-
VVLog Logística Ltda. ("VVLog") (b) (e)	(2)	1	-	-	(4)	(76)	-	-
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova") (e)	-	-	-	-	-	(244)	-	-
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi")	2	-	-	-	(1)	-	-	-
Coligadas								
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") (a)	(3)	(13)	(3)	(13)	(9)	(9)	(9)	(11)
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV") (a)	-	5	-	5	-	5	-	5
Growth Partners Investimentos e Participações S.A. ("Growth" ou "Distrito")	-	-	3	-	-	-	-	-
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas") (*)	-	-	-	-	-	-	-	3
Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. ("Greenyellow") (*)	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Outras								
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (d), (f)	(207)	(285)	(182)	(288)	(146)	(327)	(154)	(331)
	(189)	(283)	(182)	(296)	(558)	(1.186)	(163)	(350)
Arrendamento mercantil								
Ativo de direito de uso	1.008	1.123	1.034	1.151	(122)	(113)	(124)	(117)
Passivo de arrendamento	(1.457)	(1.522)	(1.496)	(1.590)	(181)	(183)	(186)	(188)
	(449)	(399)	(462)	(439)	(303)	(296)	(310)	(305)
Ativo - partes relacionadas								
Circulante	254	151	209	139				
Não circulante	57	86	97	123				
Passivo - partes relacionadas								
Circulante	(51)	(121)	(26)	(119)				

(*) Em 14 de junho de 2019, a CBD realizou a venda integral da sua participação acionária da Companhia. Dessa forma, as empresas Sendas e Greenyellow, que fazem parte do grupo CBD, também deixaram de ser partes relacionadas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma



As operações com partes relacionadas, apresentadas no quadro anterior, são oriundas de transações que a Companhia mantém com seus principais acionistas, suas controladas e com outras entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições usuais e de mercado acordadas entre as partes, sendo as principais:

a) Operações de crédito e financiamento com a FIC e BINV

A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC e BINV, que realizam operações de compra de recebíveis de cartão de crédito da Companhia. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (despesa), líquida" no quadro anteriormente apresentado e classificado na rubrica de "Receita de venda de mercadorias e serviços", na Demonstração do resultado da Companhia.

A FIC e BINV atuam, também, como operadoras de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC e BINV era de R\$247 (R\$202 em 31 de dezembro de 2019). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" em "Administradoras de cartões de crédito", demonstrado na nota explicativa nº 6.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$9 (R\$15 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) de despesas financeiras provenientes da venda de recebíveis de cartão de crédito.

b) Contratos de mútuos com controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não detinha nenhum contrato de mútuo com suas controladas. As taxas aplicadas aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019, estão descritas a seguir:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	-	110,0%
VVLog Logística Ltda. ("VVLog")	-	105,0%

c) Operações com a CBD

Em 31 de dezembro de 2020, a CBD ainda era avalista da Companhia em um contrato de distribuição de seguros, além de fiadora em um contrato de contragarantia e em contratos de locação de imóveis. Adicionalmente, há também o reembolso de despesas de aluguel entre as partes.

A Companhia adquiria cartões de alimentação e benefícios para seus funcionários junto à CBD, em preços semelhantes à concorrência. Não houve despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$25 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

d) Operações de aluguéis e prestação de serviços

A Via Varejo realiza operações de aluguel com CBD e GAS. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 293 imóveis, entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos, estabelecidos em condições específicas com a Casa Bahia Comercial ("CB") e seus sócios, conforme Acordo de Associação celebrado entre Via Varejo, CBD, CB e sócios da CB.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, a composição dos valores decorrentes dos contratos de arrendamentos:

	Consolidado			
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Balço patrimonial	Direito de Uso	Direito de Uso	Passivo de Arrendamento	Passivo de Arrendamento
Casa Bahia Comercial Ltda.	1.034	1.151	(1.496)	(1.590)

	Consolidado			
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Demonstração do resultado	Depreciação	Depreciação	Juros de arrendamento	Juros de arrendamento
Companhia Brasileira de Distribuição	-	(1)	-	-
Casa Bahia Comercial Ltda.	(124)	(116)	(186)	(188)

Até 1º de julho de 2019 (data da cisão parcial da Cnova com a subsequente incorporação da parcela cindida pela Via Varejo), a Via Varejo ofertava seus produtos no endereço eletrônico da sua controlada Cnova, pagando uma comissão pela utilização desse espaço de venda da controlada. A Companhia reconheceu, até a data da cisão, uma despesa de R\$20 para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019. A partir da cisão parcial, a Via Varejo passou a operar diretamente os negócios de *e-commerce* e de *marketplace* anteriormente exercidos pela Cnova.

e) Compra e venda de mercadorias e serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

Contraparte	Operação	Receita (despesa), líquida	
		31.12.2020	31.12.2019
Bartira	Compra de mercadorias	(393)	(520)
VVLog	Contratação de serviços de frete	(4)	(77)
ASAPLog	Contratação de serviços de frete	(4)	-
Cnova	Compra de mercadorias	-	(225)
Cnova	Venda de mercadorias	-	13
CBD	Comissão por intermediação de compra	-	20

f) Acordo de associação Via Varejo, CBD e CB e instrumentos correlatos

Em 1º de julho de 2010, foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação (“Acordo de Associação”) entre Via Varejo, CBD, CB e sócios da CB que, dentre outros direitos, assegurou à Via Varejo o direito de ser indenizada, a título de perdas e danos, por CBD, CB e sócios da CB, acerca de certas demandas judiciais e reembolso de despesas relativo a fatos ou atos cuja origem ou fato gerador tenham ocorrido durante o período de gestão dos antigos controladores da Via Varejo (anteriormente denominada Globex Utilidades) e das empresas mencionadas do referido Acordo de Associação.

Conforme disposto no Acordo de Associação, findo o prazo de seis anos da data do fechamento da transação, o que ocorreu em 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos relativos à constituição de indenização relacionada às novas demandas judiciais e iniciaram-se as negociações entre as partes para cobrança e liquidação dos saldos existentes relativos a tais perdas e danos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 4 de julho de 2017, a Companhia celebrou um “Termo de Acordo” com CB, em conjunto com CBD, para (i) liquidação das perdas e danos já incorridas até 8 de novembro de 2016; (ii) definição de novos critérios para apuração de responsabilidades pelas perdas e danos relativos às contingências; (iii) realização de reuniões periódicas nas quais cada uma das partes deve apresentar as perdas e danos incorridas a partir de 09 de novembro de 2016, a serem indenizados pela outra parte; e (iv) constituição de garantias para fazer frente à obrigação de indenização de CB relativas às contingências. O Termo de Acordo foi aprovado pelos Conselhos de Administração da Companhia e CBD em 24 de julho de 2017. A garantia constituída pela CB para cumprimento do referido Termo de Acordo foi uma fiança pessoal dos sócios da CB, bem como hipotecas sobre imóveis de propriedade da CB, em valor suficiente para suportar o total das contingências potenciais identificadas em 8 de novembro de 2016.

Em 24 de outubro de 2018, a Companhia celebrou com CB, em conjunto com CBD, Termo Aditivo ao Termo de Acordo, visando aprimorar os critérios do Termo de Acordo e esclarecer determinadas cláusulas e condições, de forma a possibilitar a devida liquidação dos saldos em aberto apresentados de parte a parte nas reuniões periódicas.

Em 14 de junho de 2019, a Companhia Brasileira de Distribuição realizou a venda integral da sua participação acionária da Companhia. A partir dessa data, os montantes a receber passaram a ser reconhecidos na rubrica de Outros ativos no Ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2020, os montantes a receber totalizam R\$148 (R\$80 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia tem mantido os termos contratuais do Acordo de Associação e seus referidos aditivos posteriores até a data de aprovação dessas informações contábeis.

g) Remuneração da Administração

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta Administração (diretores estatutários e membros do Conselho de Administração), registradas na Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, foram as seguintes:

	31.12.2020		
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	29	33	62
Conselho de Administração	6	-	6
	35	33	68

	31.12.2019		
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	13	14	27
Conselho de Administração	8	-	8
	21	14	35

10. Investimentos

a) Política contábil

Controladas são todas as entidades que a Via Varejo detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. O controle é definido:

- (i) Pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas;
- (ii) Por sua habilidade de utilizar esse poder; e
- (iii) Pela sua exposição aos retornos dessas entidades.

As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido.

No momento em que ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação das demonstrações financeiras da até então controlada é interrompida. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício no momento em que há a perda de controle.

Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas nas demonstrações financeiras consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos nas empresas controladas e coligadas, nas demonstrações financeiras individuais da controladora, encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com esse método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes, em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos.

Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos dessas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

b) Saldos e movimentação

	Controladora				
	Lake (ii)	Bartira	Cnova	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	107	758	(57)	72	880
Aumento de capital (i)	-	-	96	-	96
Lucros não realizados nos estoques	-	(11)	-	-	(11)
Incorporação Cnova	-	-	210	-	210
Distribuição de dividendos	(4)	-	-	(5)	(9)
Equivalência patrimonial por resultado	47	(12)	(240)	5	(200)
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes	-	-	7	-	7
Saldo em 31 de dezembro de 2019	150	735	16	72	973
Aumento de capital	205	-	11	17	233
Lucros não realizados nos estoques	-	4	-	-	4
Distribuição de dividendos	(5)	-	-	-	(5)
Equivalência patrimonial por resultado	2	(16)	(10)	(5)	(29)
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes	(3)	-	-	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	349	723	17	84	1.173

(i) Em 2019, a Companhia aumentou o capital social da controlada Cnova, no montante de R\$96, mediante conversão de dívidas contraídas junto a Via Varejo.

(ii) Em 2020, a Companhia aumentou o capital social da controlada Lake no valor total de R\$205, sendo o montante de R\$148 em dinheiro e R\$57 decorrentes de Notas Conversíveis em Ações emitidas pela empresa Airfox em favor da Via Varejo. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 2.7(b).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	FIC	BINV	Distrito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	79	29	-	108
Equivalência patrimonial por resultado	37	10	-	47
Distribuição de dividendos	(8)	(2)	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	108	37	-	145
Equivalência patrimonial por resultado	47	6	-	53
Aquisição de investimento	-	-	18	18
Distribuição de dividendos	(6)	(4)	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	149	39	18	206

c) Informações contábeis resumidas das coligadas

FIC e BINV

São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via Varejo. A BINV é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A., enquanto a FIC é resultado da associação de CBD e da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A.. A Companhia exerce influência significativa nos investimentos, mas não o controle. A participação no capital votante total da FIC e BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake.

Distrito

O Distrito é um *hub* de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberta, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, startups, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. A Companhia exerce influência significativa no investimento, mas não o controle. Em 31 de dezembro de 2020, a participação no capital votante total da Distrito corresponde a 14,58%.

A seguir, informações das coligadas que a Companhia julga como relevante para o cálculo da equivalência patrimonial:

	FIC		BINV	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
<u>Balanco patrimonial</u>				
Ativo circulante	6.738	7.086	679	640
Ativo não circulante	52	51	-	-
Ativo total	6.790	7.137	679	640
Passivo circulante	5.611	6.185	603	563
Passivo não circulante	22	21	2	3
Patrimônio líquido (i)	1.157	931	74	74
Total passivo e patrimônio líquido	6.790	7.137	679	640
<u>Demonstração do resultado</u>				
Lucro líquido	332	263	12	19

(i) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A..

11. Imobilizado

a) Política contábil

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada período e ajustados de forma prospectiva. As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas:

Categoria de ativos	Vida útil média ponderada estimada em anos 31.12.2020
Edifícios	40
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15
Máquinas e equipamentos	8
Equipamentos de informática	4
Instalações	13
Móveis e utensílios	13
Veículos	4

Não houve mudança significativa no cálculo da vida útil média ponderada comparada com o ano anterior.

Quando estão diretamente relacionadas à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas ao custo dos produtos e posteriormente registradas no “Custo das mercadorias e serviços vendidos” de acordo com a venda dos estoques.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, sendo que o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

Anualmente a Companhia realiza o teste de *impairment* de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras.

b) Estimativas e premissas contábeis

A Companhia entende que suas Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) são suas lojas, e realiza o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado neste nível. O teste é realizado considerando as seguintes etapas:

- (i) As UGC´s que apresentarem margem bruta negativa, nos últimos 12 meses, seguem para a próxima etapa;
- (ii) Elabora-se o fluxo de caixa esperado das UGC´s identificadas para os próximos 5 anos e compara-se o resultado com o valor contábil;
- (iii) Em caso de lojas próprias com valor em uso abaixo do valor contábil, a Companhia solicita a avaliação de especialistas independentes para obter o valor de mercado do imóvel.

A margem EBITDA utilizada para o teste varia entre as UGC´s devido ao resultado apresentado pela UGC no último ano. A margem EBITDA, o crescimento de vendas e a taxa de desconto utilizados são objeto de aprovação do Conselho de Administração da Companhia. A taxa de desconto utilizada no teste de *impairment* reflete o custo de capital da Companhia (WACC).

O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, estão apresentados no item (e) desta nota explicativa.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	Saldo em 31.12.2020			Saldo em 31.12.2019			Saldo em 31.12.2020			Saldo em 31.12.2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	11	-	11	12	-	12	15	-	15	15	-	15
Edifícios	15	(8)	7	15	(8)	7	19	(12)	7	20	(13)	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.090	(452)	638	1.069	(391)	678	1.092	(451)	641	1.072	(391)	681
Máquinas e equipamentos	251	(151)	100	225	(135)	90	440	(290)	150	416	(264)	152
Equipamentos de informática	602	(393)	209	503	(333)	170	605	(393)	212	506	(334)	172
Instalações	158	(53)	105	152	(60)	92	177	(62)	115	172	(68)	104
Móveis e utensílios	356	(191)	165	311	(163)	148	358	(193)	165	313	(165)	148
Veículos	5	(4)	1	5	(4)	1	12	(7)	5	17	(8)	9
Imobilizado em andamento	82	-	82	63	-	63	85	-	85	64	-	64
Outros	61	(44)	17	54	(38)	16	63	(45)	18	55	(38)	17
	2.631	(1.296)	1.335	2.409	(1.132)	1.277	2.866	(1.453)	1.413	2.650	(1.281)	1.369

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação 2019

	Controladora						Consolidado						
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Incorporação	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2019	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2019
Terrenos	12	-	-	-	-	-	12	15	-	-	-	-	15
Edifícios	6	3	-	-	(2)	-	7	7	3	(1)	(2)	-	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	658	10	-	(20)	(69)	99	678	661	10	(20)	(69)	99	681
Máquinas e equipamentos	71	4	24	(4)	(17)	12	90	170	6	(1)	(34)	11	152
Equipamentos de informática	169	24	2	(41)	(48)	64	170	179	24	(45)	(51)	65	172
Instalações	78	12	-	(8)	(12)	22	92	87	16	(8)	(13)	22	104
Móveis e utensílios	167	5	3	(30)	(24)	27	148	174	5	(33)	(25)	27	148
Veículos	-	-	-	1	-	-	1	18	-	(8)	(1)	-	9
Imobilizado em andamento	115	173	-	(1)	-	(224)	63	116	172	-	-	(224)	64
Outros	17	-	-	(2)	(8)	9	16	17	-	(1)	(8)	9	17
	1.293	231	29	(105)	(180)	9	1.277	1.444	236	(117)	(203)	9	1.369

Movimentação 2020

	Controladora					Consolidado							
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2020
Terrenos	12	-	-	-	(1)	11	15	-	-	-	-	-	15
Edifícios	7	-	-	-	-	7	7	-	-	-	(1)	1	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	678	17	(15)	(70)	28	638	681	17	(15)	-	(70)	28	641
Máquinas e equipamentos	90	24	4	(16)	(2)	100	152	27	4	-	(29)	(4)	150
Equipamentos de informática	170	62	30	(61)	8	209	172	62	30	1	(61)	8	212
Instalações	92	43	(15)	(11)	(4)	105	104	43	(15)	-	(12)	(5)	115
Móveis e utensílios	148	1	32	(22)	6	165	148	1	31	-	(22)	7	165
Veículos	1	-	-	-	-	1	9	-	(4)	-	-	-	5
Imobilizado em andamento	63	68	-	-	(49)	82	64	70	-	-	-	(49)	85
Outros	16	7	(1)	(7)	2	17	17	7	(1)	-	(7)	2	18
	1.277	222	35	(187)	(12)	1.335	1.369	227	30	1	(202)	(12)	1.413

d) Classificação da depreciação e amortização do Imobilizado e Intangível na Demonstração do resultado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação e amortização no Custo de mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Depreciação e amortização	37	42	52	65

e) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O valor recuperável das UGC's foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes: (i) taxa de crescimento do quinquênio 2021-2025, conforme o planejamento estratégico da Companhia; e (ii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 9,77%. Foi considerada a taxa de inflação para todos os períodos de 3,5% a.a..

Como resultado dessa análise, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foi registrada uma redução por *impairment* (R\$31 em 31 de dezembro de 2019, relacionada a 11 lojas).

12. Intangível

a) Política contábil

São compostos por ativos intangíveis da Companhia, basicamente pelo ágio gerado em combinações de negócio, marcas e contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, *softwares* em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente e *softwares* adquiridos de terceiros.

Os gastos com o desenvolvimento de *software* para uso interno são reconhecidos como custo de ativos intangíveis, desde que atendam os critérios mínimos de reconhecimento. No reconhecimento inicial de intangíveis adquiridos de terceiros, o valor reconhecido é o custo. No entanto, em uma combinação de negócios, todos os intangíveis identificados de forma confiável da investida, são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas têm vida útil indefinida, logo, não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou fluxo positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável.

Os intangíveis gerados internamente e os gastos com desenvolvimento de *software* que não atendem os critérios mínimos de reconhecimento são registrados no resultado do exercício, quando incorridos.

Anualmente, ou sempre que houver indícios de incertezas na recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível de vida útil definida são relacionadas a seguir:

<u>Intangível</u>	<u>Vida útil média ponderada estimada em anos 31.12.2020</u>
Fundo de comércio	5
Direitos contratuais	13
Software e licenças	7
Contrato vantajoso	17

Não houve mudança significativa no cálculo da vida útil média ponderada comparada com o ano anterior.

b) Estimativas e premissas contábeis

Conforme prática contábil descrita acima, a Companhia testa anualmente se o valor contábil do ágio por aquisição de investimentos em controladas deve ser ajustado para trazê-lo ao seu valor recuperável. A Companhia utiliza premissas baseadas em seu planejamento estratégico e nos indicadores de mercado para avaliação da recuperabilidade deste ágio. O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, estão apresentados no item (d) desta nota explicativa.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	Saldo em 31.12.2020			Saldo em 31.12.2019			Saldo em 31.12.2020			Saldo em 31.12.2019		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio (i)	-	-	-	-	-	-	830	-	830	627	-	627
Software em desenvolvimento	251	-	251	181	-	181	251	-	251	181	-	181
Software e licenças	703	(344)	359	573	(282)	291	801	(347)	454	578	(284)	294
Direitos contratuais (ii)	251	(206)	45	251	(177)	74	251	(206)	45	251	(178)	73
Marcas e patentes (iii)	-	-	-	-	-	-	46	-	46	46	-	46
Contrato vantajoso (iv)	-	-	-	-	-	-	36	(15)	21	36	(13)	23
Fundo de comércio (v)	73	(67)	6	68	(67)	1	73	(67)	6	68	(67)	1
	1.278	(617)	661	1.073	(526)	547	2.288	(635)	1.653	1.787	(542)	1.245

Movimentação 2019

	Controladora						Consolidado						
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Incorp- -ração	Baixas	Amorti- -zação	Transfe- -rências	Saldo em 31.12.2019	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Amorti- -zação	Transfe- -rências	Saldo em 31.12.2019
Ágio (i)	-	-	-	-	-	-	-	627	-	-	-	-	627
Software em desenvolvimento	280	172	7	(5)	-	(273)	181	295	179	(8)	-	(285)	181
Software e licenças	234	20	25	(158)	(94)	264	291	269	20	(159)	(112)	276	294
Direitos contratuais (ii)	109	-	-	-	(35)	-	74	109	-	-	(36)	-	73
Marcas e patentes (iii)	-	-	-	-	-	-	-	46	-	-	-	-	46
Contrato vantajoso (iv)	-	-	-	-	-	-	-	25	-	-	(2)	-	23
Fundo de comércio (v)	2	-	-	-	(1)	-	1	2	-	-	(1)	-	1
	625	192	32	(163)	(130)	(9)	547	1.373	199	(167)	(151)	(9)	1.245

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Movimentação 2020													
	Controladora					Consolidado								
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Amorti- zação	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Variação Cambial	Amorti- zação	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2020
Ágio (i)	-	-	-	-	-	-	627	-	-	203	-	-	-	830
Software em desenvolvimento	181	189	(105)	-	(14)	251	181	189	(105)	-	-	-	(14)	251
Software e licenças	291	9	129	(91)	21	359	294	18	128	93	(1)	(99)	21	454
Direitos contratuais (ii)	74	-	(1)	(28)	-	45	73	-	-	-	-	(28)	-	45
Marcas e patentes (iii)	-	-	-	-	-	-	46	-	-	-	-	-	-	46
Contrato vantajoso (iv)	-	-	-	-	-	-	23	-	-	-	-	(2)	-	21
Fundo de comércio (v)	1	-	-	-	5	6	1	-	-	-	-	-	5	6
	547	198	23	(119)	12	661	1.245	207	23	296	(1)	(129)	12	1.653

(i) Ágio: A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da: (a) Bartira em 2013, no montante de R\$627; (b) ASAPLog em 2020, no montante de R\$3; (c) Airfox em 2020, no montante de R\$189 e; (d) I9XP em 2020, no montante de R\$11.

(ii) Direitos contratuais: Os direitos contratuais da Companhia referem-se à reaquisição dos direitos de intermediação de seguro e garantia estendida. A vida útil destes ativos foi estabelecida com base na data de término dos direitos readquiridos;

(iii) Marcas e patentes: Em consequência da combinação de negócios da Bartira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46 com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida;

(iv) Contrato vantajoso: Como parte da combinação de negócios da Bartira, o imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento, tendo Casa Bahia Comercial Ltda. como arrendadora. Sua mensuração foi realizada com base em informações de transações comparáveis no mercado;

(v) Fundos de comércio: Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais.

d) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível (*impairment*)

A Companhia analisa, pelo menos anualmente, se há indícios de que os ativos intangíveis com vida útil definida não são capazes de gerar benefícios econômicos futuros através de geração de receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela Companhia.

A Administração da Companhia efetua, pelo menos anualmente, análise, em conjunto com seu departamento de tecnologia da informação, com a finalidade de verificar se os projetos de softwares em andamento possuem viabilidade econômica. Aqueles casos em que não seja provável que os ativos intangíveis seriam capazes de gerar benefícios econômicos e/ou que sua manutenção não esteja alinhada com a estratégia atual da administração da Companhia, são descontinuados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia efetuou a respectiva análise e, como consequência, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável.

Para a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis relativos à combinação de negócios, os seus respectivos valores foram devidamente alocados ao único segmento que a Companhia reporta. A aquisição da Bartira foi estratégica e realizada com o objetivo de permitir um fornecimento contínuo de móveis, importante categoria de vendas para a Companhia em ambos os negócios, bem como alavancar o fluxo de clientes para as lojas, qual beneficia fortemente todas as demais categorias de produtos. Dessa forma, o teste de *impairment* para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros projetados para os próximos 10 anos da Via Varejo em virtude do plano de negócios da Companhia que é estruturado de forma a demonstrar a realização de seus ativos nesse prazo.

Para a determinação do valor recuperável, quatro principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do Quinquênio 2021-2025, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento real das vendas (descontada inflação) de 0,5% do sexto ao décimo ano; (iii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da investida Bartira de 13,75% a.a.; e (iv) estabilidade da margem EBITDA a partir do quarto ano. A perpetuidade foi calculada considerando as mesmas premissas do último período. Essa análise não indicou a necessidade de reconhecimento de perdas desse ativo.

13. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

	Taxa	Controladora e Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019
CDCI (i)	5,39% a.a.	4.647	3.746
Empréstimos em moeda nacional (ii)	CDI + 3,67% a.a.	2.448	-
Debêntures (iii)	CDI + 3,27% a.a.	2.001	500
Notas promissórias (iv)	-	-	1.528
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	127
		9.096	5.901
Circulante		6.687	4.944
Não circulante		2.409	957
Instrumentos financeiros - <i>hedge</i> de valor justo ativo	-	-	(2)
Total de empréstimos e financiamentos líquidos de <i>swap</i> ativo		9.096	5.899

(i) CDCI

As operações Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (“CDCI”) correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes, por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 6). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 31 de dezembro de 2020, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 5,39% a.a. (6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Empréstimos em moeda nacional

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia firmou os seguintes contratos de Cédulas de Crédito Bancário (CCB):

Data da contratação	Valor da captação	Prazo	Juros	Amortização
29/06/2020	R\$2.503	2 anos	CDI + 3,82%	Carência de principal de 6 (seis) meses e amortização trimestral e juros trimestrais
26/11/2020	R\$150	3 anos	CDI + 2,59%	Principal e juros semestrais
26/11/2020	R\$150	3 anos	CDI + 2,65%	Principal e juros anuais

(iii) Debêntures

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única. Foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), com remuneração de CDI + 0,99% a.a., amortização final e juros semestral, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência das debêntures é de 2 anos contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 25 de junho de 2020, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 850.000 (oitocentos e cinquenta mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 3,75% a.a. e CDI + 4,25% a.a. respectivamente, com amortização final e juros trimestrais, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 1 ano e da 2ª série de 2 anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia.

(iv) Notas promissórias

Em 10 de setembro de 2019, a Companhia realizou a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, com vencimento em setembro de 2020. Foram emitidas 1.500 (mil e quinhentas) notas com valor nominal unitário de R\$1, com remuneração de 119% do CDI, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476/2009. Os valores captados foram utilizados para otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios. Em 25 de junho de 2020, a Companhia realizou o resgate de 1.497 (mil e quatrocentas e noventa e sete) notas que estavam em circulação da 2ª emissão, colaborando assim para o alongamento do perfil de dívida da Companhia. O saldo remanescente das notas promissórias foi liquidado integralmente no vencimento

b) Movimentação

O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento do fluxo de caixa.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.321	4.325
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (i)	7.615	7.615
Amortizações (i)	(6.056)	(6.057)
Pagamento de juros (i)	(292)	(292)
Pagamento de juros <i>swap</i>	(13)	(13)
Incorporação Cnova	3	-
Variações que não envolvem caixa		
Juros incorridos (i)	306	306
<i>Swap</i>	6	6
Variação cambial	7	7
Marcação a mercado	2	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.899	5.899
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (i)	10.247	10.247
Amortizações (i)	(7.004)	(7.004)
Liquidações de contrato <i>swap</i>	6	6
Pagamento de juros (i)	(466)	(466)
Variações que não envolvem caixa		
Juros incorridos (i)	423	423
<i>Swap</i>	(4)	(4)
Variação cambial	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.096	9.096

(i) Em 31 de dezembro de 2020, os montantes referentes apenas às operações de CDCI foram de R\$5.944 de captações, R\$5.030 de amortizações, R\$232 de pagamento de juros e R\$219 de juros incorridos (R\$5.344, R\$4.993, R\$240 e R\$234 respectivamente em 31 de dezembro de 2019).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora e Consolidado
2022	2.308
2023	101
	2.409

- d) Cláusulas restritivas

A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA ajustado ("*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization adjusted*").

Debêntures

A manutenção do vencimento contratual das debêntures em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente. Os principais indicadores de cumprimento de cláusulas restritivas são:

Covenants sobre dívida líquida:

- (i) Dívida líquida ajustada não superior ao Patrimônio Líquido e;
- (ii) Relação entre dívida líquida ajustada, e o EBTIDA ajustado para a verificação relativa a todos os trimestres.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos.

14. Gerenciamento de riscos financeiros

- a) Política contábil

Quando não é possível obter o valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros em mercados ativos, o valor justo registrado nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) – Mensuração do valor justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Composição dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativos financeiros				
<u>Custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.925	1.320	2.984	1.364
Contas a receber (exceto Administradoras de cartões de crédito)	3.277	2.473	3.283	2.474
Partes relacionadas	311	237	306	262
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Administradoras de cartões de crédito	5.512	3.004	5.512	3.004
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Instrumentos financeiros - <i>hedge</i> de valor justo	-	2	-	2
Passivos financeiros				
<u>Custo amortizado</u>				
Fornecedores	(7.704)	(7.232)	(7.799)	(7.278)
Fornecedores convênio	(484)	(647)	(484)	(647)
Empréstimos e financiamentos (exceto moeda estrangeira)	(9.096)	(5.774)	(9.096)	(5.774)
Passivo de arrendamento	(3.908)	(4.543)	(3.963)	(4.583)
Partes relacionadas	(51)	(121)	(26)	(119)
Repasse a terceiros	(637)	(515)	(653)	(515)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos em moeda estrangeira	-	(127)	-	(127)

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê de Finanças, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente ao Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. Os riscos mais significativos aos quais a Companhia está exposta são relacionados aos riscos de mercado decorrentes dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras.

c) Risco de mercado

Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, é o aumento do percentual do CDI, uma vez que, o saldo total dos empréstimos e financiamentos excedeu o saldo das aplicações financeiras indexadas à mesma modalidade de taxa de juros.

(i) Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas, dentre as quais o CDI, para fazer frente às necessidades de capital de giro e de investimentos. Da mesma forma, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa.

Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou em três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3, para as datas de vencimento das operações, limitada a 12 meses, cuja taxa foi 2,85% a.a.. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

Operações	Risco	Consolidado Saldo em 31.12.2020	Análise de sensibilidade		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Aumento do CDI	2.866	71	89	106
Empréstimos bancários (*)	Aumento do CDI	(4.449)	(266)	(297)	(328)
Impacto no resultado - despesa			(195)	(208)	(222)

(*) Não incluem os contratos de empréstimos CDCI por apresentarem taxas de juros pré-fixadas. A análise de sensibilidade do instrumento financeiro derivativo está apresentada no item a seguir.

(ii) Taxa de câmbio e juros dos empréstimos em moeda estrangeira

A Companhia mantém empréstimos em moeda estrangeira protegidos por contrato de *swap*, conforme descrição abaixo:

	Na data da contratação				Controladora e Consolidado		
	Contraparte	Valor referência USD milhões	Valor referência R\$ Milhões	Data de contratação	Data de vencimento	Valor justo 31.12.2020	Valor justo 31.12.2019
Empréstimo em moeda estrangeira (objeto de <i>hedge</i>)	Itaú	-	-	06/07/2018	15/01/2020	-	(127)
		-	-			-	(127)
Instrumentos financeiros - Hedge de valor justo							
Posição ativa		-	-			-	127
Posição passiva		-	-			-	(125)
Posição <i>swap</i> líquida		-	-			-	2

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* foram contabilizados a valor justo.

Os ganhos e perdas sobre contratos de *swap*, realizadas ou não, são registradas no "Resultado financeiro líquido". O saldo a receber ou a pagar, pelo valor justo, é registrado na rubrica de "Instrumentos financeiros - *hedge* de valor justo", conforme o valor líquido apurado do respectivo instrumento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o ganho reconhecido no resultado no contrato de *swap* de moeda estrangeira foi de R\$3 (perda de R\$4 em 31 de dezembro de 2019)

d) Risco de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa de curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. É prática do departamento de tesouraria da Companhia manter linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro. Regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar o impacto na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não sejam renovadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros, calculados até o vencimento, dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados podem não conferir com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	31.12.2020							
	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	7.704	-	-	7.704	7.799	-	-	7.799
Fornecedores convênio	485	-	-	485	485	-	-	485
Empréstimos e Financiamentos	7.001	2.380	106	9.487	7.001	2.380	106	9.487
Passivo de arrendamento	1.008	3.440	1.202	5.650	1.019	3.489	1.229	5.737
Partes relacionadas	51	-	-	51	26	-	-	26
Repasse a terceiros	637	-	-	637	653	-	-	653
	16.886	5.820	1.308	24.014	16.983	5.869	1.335	24.187

e) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito no caixa e equivalentes de caixa mantidos com instituições financeiras, na posição das contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário a instituições financeiras validadas pelo Comitê de Finanças e aprovadas pelo Conselho de Administração. Os bancos autorizados são os classificados como de primeira linha. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos que são regularmente atualizados.

Para os saldos do Contas a receber, o risco de crédito é mitigado porque grande parte das vendas da Companhia é realizada por cartão de crédito, que são, substancialmente, securitizados com as administradoras de cartões de crédito. As vendas financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("CDCI"), são linhas de crédito adquiridas junto aos bancos Bradesco, Safra, Banco do Brasil e Daycoval, visando o financiamento dos clientes; com interveniência da Companhia. Desta forma, a Companhia detém o risco de crédito, adotando procedimentos criteriosos na sua concessão. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

As estimativas de perda por não recuperação de ativos financeiros são calculadas conforme a política contábil da Companhia, descrita na nota explicativa nº 6(a). Os saldos dessas estimativas, apresentados em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, foram considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais perdas da carteira de recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar uma adequada classificação de risco de crédito, além de uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento de órgão regulador sobre o capital.

	Consolidado			
	31.12.2020		31.12.2019	
	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Caixa e equivalentes de caixa	2.984	2.984	1.364	1.364
Contas a Receber - Financiamento ao consumidor (CDCI)	3.275	-	2.529	-
Instrumentos financeiros - <i>hedge</i> de valor justo (Ativo)	-	-	2	2
Fornecedores convênio (i)	(484)	(484)	(647)	(647)
Empréstimos e financiamentos	(9.096)	(4.449)	(5.901)	(2.155)
Dívida líquida	(3.321)	(1.949)	(2.653)	(1.436)
Patrimônio líquido	5.979	5.979	578	578
Índice de endividamento líquido	(0,56)	(0,33)	(4,59)	(2,48)

(i) Fornecedores convênio: tratam-se de passivos financeiros caracterizados pela antecipação de pagamentos a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras, com o custo financeiro implícito de 3% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (6,18% a.a. em 31 de dezembro de 2019). A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

g) Mensurações do valor justo

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha certos ativos e passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7), apresentados no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo
Custo amortizado		
Financiamento ao consumidor - CDCI (i)	3.275	3.707
Empréstimos e financiamentos - CDCI (ii)	(4.647)	(4.671)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Administradoras de cartões de crédito (ii)	5.512	5.512

(i) São classificados no nível 3 por considerar dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo, a Companhia utilizou como premissa a carteira de recebíveis do CDCI e a expectativa de perda dos títulos, bem como a taxa média do mercado de desconto de duplicatas.

(ii) São classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura e negociações com partes independentes.

A Companhia avaliou e concluiu que, exceto os indicados no quadro anterior, a maioria de seus ativos e passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente, devido aos vencimentos de curto prazo dos mesmos.

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento, exceto os ativos financeiros de Administradoras de cartões de crédito.

15. Tributos a pagar

a) Política contábil

Os saldos de tributos a pagar estão apresentados líquidos entre o valor total devido e o saldo a recuperar relacionado a cada um dos tributos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”), Imposto sobre Serviços (“ISS”), Programa de Integração Social (“PIS”), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), além dos impostos que a Companhia precisa reter sobre determinadas atividades, como aluguéis e serviços tomados, entre outros.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
ICMS a pagar	228	166	228	167
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	25	27	27	27
IRRF a pagar	28	19	28	19
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	1
Outros	14	7	16	9
	295	219	299	223
Circulante	273	194	276	198
Não circulante	22	25	23	25

16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Política contábil

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

b) Conciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (prejuízo) antes da tributação	958	(1.991)	923	(2.004)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(326)	677	(314)	681
Subvenção de investimento (i)	401	-	416	-
Equivalência patrimonial	(9)	(72)	18	16
Prejuízo fiscal não reconhecido (ii)	-	-	(19)	(83)
Outras diferenças permanentes	(20)	(47)	(20)	(43)
Imposto de renda e contribuição social efetivos	46	558	81	571
Corrente reconhecido por meio do resultado	(35)	(2)	(33)	(5)
Diferido reconhecido por meio do resultado	81	560	114	576
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social, líquido	46	558	81	571

- (i) A Companhia possui benefícios fiscais de redução do ICMS que são caracterizados como subvenção para investimentos conforme previsto na Lei Complementar 160/17 e Lei 12.973/14. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou a exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.
- (ii) As controladas Cnova e BanQi não reconhecem ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais por não haver expectativa de realização em função dos prejuízos apurados em exercícios anteriores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos no balanço patrimonial referentes aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, representam os montantes abaixo:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Cnova	450	446
BanQi	15	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Provisão para demandas judiciais	502	547	515	561
Perda estimada com créditos de liquidação Duvidosa	184	166	185	166
Prejuízos fiscais e bases negativas	528	352	609	407
Provisão para despesas correntes	115	40	118	41
Estimativa de perda de ativo imobilizado e estoque	42	132	42	132
Arrendamento mercantil	250	286	255	289
Outros	66	38	68	38
Total ativo fiscal diferido	1.687	1.561	1.792	1.634
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(152)	(130)	(162)	(140)
PPA Bartira	-	-	(23)	(27)
Outros	-	-	(6)	(6)
Total passivo fiscal diferido	(152)	(130)	(191)	(173)
	1.535	1.431	1.601	1.461

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados no balanço patrimonial pelo montante líquido, por entidade contribuinte, da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativo fiscal diferido	1.535	1.431	1.607	1.467
Passivo fiscal diferido	-	-	(6)	(6)

d) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses valores, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2020	Controladora	Consolidado
2021	471	481
2022	178	189
2023	183	197
2024	209	224
2025	219	236
Mais de 5 anos	427	465
	1.687	1.792

17. Provisão para demandas judiciais

a) Política contábil

Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolso futuro, os processos legais são avaliados pela Administração para estimar o potencial de perda de cada processo. Essa análise leva em consideração pareceres jurídicos emitidos por assessores legais além do histórico dos processos da Companhia e respectivos pagamentos. As provisões são constituídas para todos os processos que foram analisados e considerados como perda provável, ou com base no histórico de perdas, no caso de parte das causas trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas de acordo com os valores dos processos, e não consideram os saldos de depósitos judiciais, já que esses estão classificados no ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão. Além disso, para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como prática o provisionamento no momento em que há o julgamento em definitivo das causas.

b) Estimativas e premissas contábeis

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, tributários, trabalhistas, previdenciárias e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais tributárias são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Dessa forma, a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

As provisões para demandas judiciais trabalhistas e cíveis são calculadas com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos, utilizando o percentual de sucesso para cada tipo de reclamação, e o valor médio de perdas por cargos de funcionário ou tipo de causa.

Adicionalmente, para ações coletivas e aquelas que apresentam características que as diferenciam dos processos contidos na massa, a Companhia analisa o risco individual (de cada ação). Para cada processo, um escritório independente é contratado, analisa os riscos e efetua os cálculos dos valores correspondentes aos riscos aos quais a Companhia está exposta. Este valor é provisionado de acordo com o momento processual e considerando a probabilidade de perda, sendo que, em momentos em que já existam decisões nos autos, o valor provisionado é calculado com base no valor de liquidação.

c) Saldos e movimentação

	Controladora			
	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	114	686	103	903
Adições de processos novos e outras adições	1	1.969	398	2.368
Baixa de provisão por liquidação	-	(1.010)	(112)	(1.122)
Incorporação Cnova	-	2	29	31
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(108)	(234)	(106)	(448)
Atualização monetária	(5)	62	10	67
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2	1.475	322	1.799
Adições de processos novos e outras adições	-	788	192	980
Baixa de provisão por liquidação	-	(782)	(127)	(909)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(2)	(129)	(114)	(245)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	1.352	273	1.625

	Consolidado			
	Tributárias (i)	Previdenciárias e trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	149	700	128	977
Adições de processos novos e outras adições	1	2.004	413	2.418
Baixa de provisão por liquidação	-	(1.025)	(112)	(1.137)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(108)	(239)	(117)	(464)
Atualização monetária	(3)	63	11	71
Saldo em 31 de dezembro de 2019	39	1.503	323	1.865
Adições de processos novos e outras adições	-	806	192	998
Baixa de provisão por liquidação	-	(809)	(127)	(936)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(2)	(120)	(115)	(237)
Atualização monetária	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	38	1.380	273	1.691

(i) Tributárias

Os processos tributários estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, calculada com base nas taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto às multas dos montantes não pagos, quando aplicável, foram computados e provisionados em sua totalidade.

Em 31 de março de 2019, a Companhia reverteu a provisão referente ao processo tributário relativo aos créditos de PIS e COFINS sobre as despesas de propaganda, no montante de R\$108. A Companhia, demonstrou por meio de estudos técnicos, a essencialidade desses gastos sobre a performance de vendas nos últimos anos. Adicionalmente, baseada em opiniões recentes do Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e em nossos consultores jurídicos externos, em uma eventual discussão judicial, a probabilidade de desembolso de caixa seria possível.

Em 31 de dezembro de 2020, os principais processos tributários provisionados referem-se a não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS, no montante de R\$38 (R\$39 em 31 de dezembro de 2019), tendo sido provisionado com base na avaliação dos advogados externos que foi corroborada pela Administração.

(ii) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas relacionados com o desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$1.380 (R\$1.503 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia possui 22.275 processos trabalhistas ativos em 31 de dezembro de 2020 (28.180 em 31 de dezembro de 2019). A provisão para obrigações trabalhistas é calculada com base nas perdas efetivas históricas aplicadas à totalidade dos processos ativos por cargos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares.

(iii) Cíveis e outros

A Companhia responde às ações de natureza cível, sendo os principais processos são relacionados a:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o trânsito em julgado. Durante o período de julgamento das ações, a Companhia constitui provisão entre a diferença do valor pago a título de aluguel provisório e os valores pleiteados pelos locadores. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da provisão era de R\$37 (R\$44 em 31 de dezembro de 2019);
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo. A Companhia possui 34.522 processos cíveis em andamento em 31 de dezembro de 2020 (41.471 em 31 de dezembro de 2019). A provisão é calculada com base no histórico de perdas, por tipo de reclamação e momento processual, aplicado sobre a totalidade dos processos ativos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da provisão era de R\$236 (R\$279 em 31 de dezembro de 2019).

d) Passivos contingentes

A Companhia apresenta outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas, totalizando R\$3.612 em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.007 em 31 de dezembro de 2019), e que são relacionadas principalmente a:

Tributárias

- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelas autoridades fiscais, gerados em virtude de créditos provenientes de êxito em processos judiciais, divergência de recolhimentos e multa por descumprimento de obrigações acessórias; (ii) autuação fiscal em decorrência da não tributação de PIS e COFINS sobre valores considerados, segundo a Receita Federal, como receitas tributáveis, entre elas, as bonificações recebidas de fornecedores; (iii) aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre as despesas com propaganda e taxas de Administração de cartões; (iv) autuação decorrente de suposta insuficiência no saldo de prejuízos fiscais compensados; (v) outros de menor materialidade. O montante envolvido nos referidos processos é de aproximadamente R\$908 em 31 de dezembro de 2020 (R\$772 em 31 de dezembro de 2019);

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Lei do Bem: autuação fiscal relativa ao ano-calendário de 2016 em razão da desconsideração da revogação do benefício da alíquota zero de PIS/COFINS nas vendas a varejo de produtos de informática e smartphones, no âmbito do Programa de inclusão Digital, pela MP nº 690/2015 e convertida na Lei nº 13.241/15. O valor do auto de infração corresponde a R\$924 de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2020.
- ICMS-ST nas aquisições de mercadorias: autuação fiscal decorrente da apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS-ST destacado nas aquisições de mercadorias para revenda no ano-calendário de 2016. O valor do auto de infração corresponde a R\$258 em 31 de dezembro de 2020.
- ICMS, ISS e IPTU: (i) processos administrativos e judiciais decorrentes da não tributação do ISS sobre valores considerados pelo fisco municipal como comercialização de serviços; (ii) autuações fiscais decorrentes de supostas divergências no confronto das informações transmitidas para as secretarias da fazenda estadual, bem como da não tributação do ICMS sobre a comercialização do serviço de garantia estendida; (iii) autuações decorrentes de apropriação de créditos na aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular e multa por descumprimento de obrigações acessórias; (iv) outros de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações é de aproximadamente R\$1.048 em 31 de dezembro de 2020 (R\$955 em 31 de dezembro de 2019);
- Ágio Mandala: autuações fiscais em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012, 2013, 2015 e 2016, referentes ao ágio originado da aquisição do Ponto Frio ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado dos autos de infração corresponde a R\$265 de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2020 (R\$92 em 31 de dezembro de 2019).

Cíveis e outros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta demandas cíveis que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$167 (R\$183 em 31 de dezembro de 2019).

e) Depósitos judiciais

A Companhia contesta o pagamento de certos impostos, contribuições, bem como referente a questões previdenciárias, trabalhistas e cíveis, para os quais efetuou depósitos recursais (vinculados), em montante equivalente aos pendentes de decisão legal. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Previdenciárias e trabalhistas	412	517	429	532
Tributárias	166	61	170	65
Cíveis e outros	76	31	77	32
	654	609	676	629

f) Garantias e fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia ofereceu garantias decorrentes de ações previdenciárias e trabalhistas, tributárias e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

Ações	31.12.2020
Previdenciárias e trabalhistas	1.779
Tributárias	1.337
Cíveis e outras	356
	3.472

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2020, fianças bancárias envolvendo acordos comerciais de serviços financeiros (receita diferida) e administrativas que totalizam R\$746.

As garantias corporativas outorgadas pela Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2020 totalizam R\$2.497.

18. Operações de arrendamento mercantil

a) Política contábil

O CPC 06 – Arrendamentos, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A norma determina que todos os arrendamentos e seus correspondentes direitos e obrigações contratuais deverão ser reconhecidos no balanço patrimonial. Ainda segundo a norma, estão isentos de reconhecimento os arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e cujo o ativo subjacente é de baixo valor. Também estão fora do escopo da norma contratos com prazo indeterminado e aqueles no qual a contraprestação tem base em valores variáveis. Para os arrendamentos isentos ou fora do escopo da norma, a Companhia realizou o reconhecimento como despesa no resultado do exercício, conforme incorridas. A Companhia reconheceu despesas variáveis de arrendamento de R\$39 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$52 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

Para cada contrato de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é reconhecido na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso da Companhia. Inicialmente, o ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, e posteriormente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é composto pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos ou fixos em essência, que seriam pagamentos mínimos acordados com o arrendador. Ao calcular o passivo de arrendamento, a Companhia utilizou a sua taxa incremental de empréstimos, a qual foi aplicada nominalmente para desconto dos fluxos de pagamento.

Os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidos na Demonstração do resultado de acordo com o período do contrato.

Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento, relacionado a COVID-19, é uma modificação do contrato de arrendamento e, assim, contabilizar as mudanças resultantes nos pagamentos de arrendamento no resultado do período. A Companhia e suas subsidiárias aplicaram o expediente prático a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamento em consonância com os requisitos da Deliberação nº 859/20.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Composição dos saldos e movimentação

Ativo de direito de uso

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>3.334</u>	<u>3.401</u>
Adições e remensurações	935	941
Baixas	(167)	(173)
Depreciação	(524)	(529)
Incorporação Cnova	34	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.612</u>	<u>3.640</u>
Adições e remensurações	359	360
Baixas	(354)	(356)
Depreciação	(578)	(581)
Combinação de negócios	-	16
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.039</u>	<u>3.079</u>

Classificação da depreciação do Ativo de direito de uso na Demonstração do resultado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação do Ativo de direito de uso no Custo das mercadorias e serviços vendidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Depreciação	126	111	129	116

Passivo de arrendamento

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>4.137</u>	<u>4.300</u>
Adição e remensuração	934	939
Baixas	(167)	(167)
Pagamento de principal	(486)	(497)
Pagamento de juros	(406)	(415)
Juros incorridos	413	423
Incorporação Cnova	118	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>4.543</u>	<u>4.583</u>
Adição e remensuração	359	360
Baixas	(483)	(481)
Pagamento de principal	(420)	(424)
Pagamento de juros	(383)	(389)
Juros incorridos	383	388
Descontos obtidos	(91)	(91)
Combinação de negócios	-	17
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.908</u>	<u>3.963</u>
Circulante	659	665
Não circulante	3.249	3.298

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora			Consolidado		
	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento
2022	873	(302)	571	883	(308)	575
2023	799	(259)	540	809	(264)	545
2024	683	(219)	464	693	(223)	470
2025	588	(181)	407	597	(185)	412
2026	498	(145)	353	507	(148)	359
Mais de 5 anos	1.201	(287)	914	1.229	(292)	937
	4.642	(1.393)	3.249	4.718	(1.420)	3.298

- d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar

A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2020, de R\$426 na Controladora e R\$433 no Consolidado (R\$492 na Controladora e R\$499 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

- e) Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazo dos contratos	Taxa média % a.a.	
	Em 31.12.2020	Em 31.12.2019
Até 5 anos	6,47%	7,30%
De 6 a 10 anos	10,76%	6,56%
De 11 a 15 anos	15,13%	13,44%
De 16 a 20 anos	14,44%	11,26%

- f) Informações adicionais

Como descrito anteriormente, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada considerando o custo de captação da Companhia, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) adicionado a um *spread* de risco, excluindo-se as garantias oferecidas nas operações de financiamentos.

Os contratos de arrendamento da Companhia tem substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e para resguardar a representação fidedigna e atender as orientações da CVM em seu Ofício Circular CVM nº2/2019, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, que foram efetivamente contabilizados e a estimativa dos saldos inflacionados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
<u>Fluxo real</u>				
Passivo de arrendamento	5.650	6.465	5.737	6.537
Juros embutidos	(1.742)	(1.922)	(1.774)	(1.954)
	3.908	4.543	3.963	4.583
<u>Fluxo inflacionado</u>				
Passivo de arrendamento	6.776	7.907	6.882	7.999
Juros embutidos	(2.259)	(2.540)	(2.272)	(2.583)
	4.517	5.367	4.610	5.416

O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporados a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal.

Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, para os indexadores de inflação constante nos contratos de arrendamento (IPCA). As curvas de inflação foram obtidas na data de adoção inicial do referido pronunciamento e no encerramento do exercício corrente, considerando os prazos contratuais remanescentes.

Complementarmente, os usuários dessas demonstrações financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nessa nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

g) Impactos da COVID-19

Em 21 de março de 2020, a Companhia comunicou, por meio de fato relevante, o fechamento de todas as suas lojas físicas em decorrência das restrições implementadas pelas autoridades para enfrentamento da pandemia da COVID-19. Além disso, a Companhia divulgou um comunicado ao mercado em 17 de abril de 2020, em que restou informado que no âmbito da crise econômica mundial desencadeada pela pandemia da COVID-19, a Administração já estava, de forma preventiva e em linha com as medidas de preservação de caixa adotadas por diversas empresas no atual contexto, renegociando a cobrança e o diferimento do pagamento de aluguéis relativos a todos os seus imóveis locados (em especial, das lojas físicas que encontravam-se temporariamente fechadas em decorrência das medidas de contenção da pandemia). A Companhia esclareceu que todos os aluguéis referentes ao mês de março de 2020 foram pagos, incluindo eventuais descontos negociados com os respectivos proprietários, sem prejuízo das demais medidas necessárias, visando a renegociação ou diferimento dos aluguéis relativos a meses subsequentes. A Companhia destaca que conferiu tratamento isonômico a todos os locadores no contexto das renegociações, inclusive aos proprietários de imóveis enquadrados como partes relacionadas, nos termos da Política de transações com partes relacionadas da Companhia, o que não necessariamente implica em resultado idêntico em todas as negociações, dadas as peculiaridades e especificidades de cada locação.

19. Receitas diferidas

a) Política contábil

As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na Demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Garantias complementares ou estendidas (i)	1.127	1.260	1.127	1.260
Bradesco (ii)	145	240	145	240
Seguros e serviços (iii)	113	128	113	128
Outros	8	7	108	7
	1.393	1.635	1.493	1.635
Circulante	357	369	385	369
Não circulante	1.036	1.266	1.108	1.266

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Garantias complementares ou estendidas

Em 15 de outubro de 2018, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de distribuição de seguros com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., que renegociou e consolidou os contratos anteriormente celebrados, em 29 de agosto de 2014 e 16 de dezembro de 2016. O aditivo tem término previsto para janeiro de 2025. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$837 e vem sendo reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais forem atingidas.

(ii) Operação de cartões e correspondente bancário

Em 4 de dezembro de 2015, a Via Varejo celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o banco Bradesco S.A. e o banco Bradescard S.A. (conjuntamente, "Bradesco") com vigência até 28 de agosto de 2029. O contrato altera e inclui cláusulas no contrato firmado entre as partes, na época Casa Bahia Comercial Ltda. e Bradesco, no dia 10 de novembro de 2006. São partes do acordo: disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos, relacionados à marca "Casas Bahia" e disposições gerais aplicáveis à prestação de serviços financeiros, correspondente bancário e serviço de crédito direto ao consumidor. Os valores envolvidos na transação montam R\$704 e são divididos em antecipação de comissões, no valor de R\$550, e remuneração adicional, no valor de R\$154.

O valor recebido de R\$550 vem sendo reconhecido no resultado do exercício na medida em que as metas contratuais são atingidas e deverão ser compensadas em até 9 anos, enquanto a remuneração adicional de R\$154 vem sendo realizada conforme determinado pelo contrato até 2021.

Em 22 de setembro de 2016, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Bradesco com vigência até 28 de agosto de 2029. Como parte do acordo, foram definidas disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca "Casas Bahia" na rede *e-commerce*. Na data de assinatura deste acordo, foi recebido, a título de antecipação, o valor de R\$60, que vem sendo reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas em até 8 anos.

(iii) Seguros e serviços

Em 26 de junho de 2018, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços com a CDF Assistência e Suporte Digital S.A. para a prestação de serviços de assistência técnica, de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato com vigência até 2024. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$100 para a Companhia, que vem sendo reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas.

Em 10 de novembro de 2020, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de parceria para intermediação de prestação de serviços e outras avenças com a USS e MMS, e renegociou os contratos anteriormente celebrados entre as partes. O aditivo tem término previsto para outubro de 2025.

c) Estimativa da Administração para realização dos valores classificados como "Não circulante"

Ano	Controladora	Consolidado
2022	340	347
2023	340	345
2024	325	331
2025	31	39
2026	-	10
2027 a 2029	-	36
	1.036	1.108

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$5.133 (R\$2.903 em 31 de dezembro de 2019) e estava representado por 1.597.342 milhares de ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, houve os seguintes aumentos de capital:

Data do aumento de capital (*)	Valores em Reais	Quantidade de ações ordinárias
19/02/2019	155,85	46.755
23/04/2019	75.988,36	74.376
23/07/2019	3.168.753,16	4.188.756
13/08/2019	233.326,22	185.649
12/09/2019	114.844,82	64.644
13/11/2019	1.260.388,11	789.612
12/02/2020	600.179,02	313.131
25/03/2020	204.982,26	48.798
13/05/2020	6,08	1.824
15/06/2020	2.227.500.000,00	297.000.000
20/10/2020	1.613.525,41	324.653

(*) Aumentos de capital decorrente do exercício de planos de opções de ações, exceto o do dia 15 de junho de 2020, quando houve uma oferta pública de distribuição primária de ações, cujo montante total foi de R\$4.455. Desse valor, 50% foi destinado ao aumento do Capital Social. Foram incorridos custos na emissão subsequente de ações no montante de R\$94, líquido dos efeitos tributários. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 2.8.

b) Ações em tesouraria

Em 2018, decorrente da migração da Companhia para o segmento de listagem da B3 denominado Novo Mercado e da consequente conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, foi concedido o direito de recesso aos acionistas titulares de ações preferenciais que não compareceram à Assembleia Geral Especial realizada em 3 de setembro de 2018. A Companhia recomprou 300 mil ações preferenciais totalizando o montante de R\$685.839,75 (seiscentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos) pago em 5 de outubro de 2018.

c) Transações de capital

Nesta conta, foram registradas variações decorrentes de mudança na participação societária de empresas controladas ou investidas sob controle comum, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários.

d) Reservas de capital

(i) Especial de ágio

O valor registrado na rubrica "Reserva especial de ágio" decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição de Via Varejo por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanescer o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização será capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via Varejo.



(ii) Ágio na subscrição de ações

O ágio na subscrição de ações surge quando a empresa negocia suas ações e o comprador paga um valor por ação maior que o valor patrimonial, e esta diferença positiva deverá ser contabilizada como reservas de capital. Em 15 de junho de 2020, houve uma oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, com a emissão de 297.000.000 de novas ações ao preço de R\$15,00 (quinze reais) cada, dentro do limite do capital autorizado, de forma que o montante total da Oferta Restrita foi de R\$4.455.000.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões de reais).

Foi determinado que, do preço por ação de R\$15,00: (i) o valor de R\$7,50 foi destinado a conta de Capital Social da Companhia, totalizando a quantia de R\$2.227.500.000,00 (dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais) em aumento do Capital Social e (ii) o valor remanescente de R\$7,50 foi destinado à formação de Reserva de Capital, em conta de Ágio na subscrição de ações, totalizando a quantia de R\$2.227.500.000,00 (dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais).

(iii) Opções outorgadas

A Companhia mantém planos de remuneração baseado em ações que têm o objetivo de: propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Companhia.

Política contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os executivos da Companhia podem receber remuneração que é baseada em ações (liquidáveis em títulos patrimoniais ou em dinheiro).

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas (“condições para o exercício”), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, a Companhia reavalia a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Plano de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

A Companhia mantém dois planos de opção de compra de ações aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2014 (denominados “Planos A e B”) e um plano de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de setembro de 2019 (“Plano Especial” ou “Plano E”). As ações decorrentes do exercício das opções têm os direitos estabelecidos nos respectivos planos, sendo certo que será assegurado aos beneficiários de tais planos o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos pela Companhia a partir da aquisição da ação. As opções outorgadas com base nos referidos planos são pessoais e intransferíveis.

Conforme previsto nos Planos A e B, ambos aditados em 22 de outubro de 2018 para atender à nova estrutura do capital social da Companhia após a migração ao Novo Mercado, e no Plano Especial, cada opção assegura ao seu beneficiário o direito de subscrever ou adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários dentro do período previsto nos planos após o término do respectivo prazo de carência. A principal condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como empregado da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções, nas datas de outorga e na existência ou não de um período de impedimento para venda ou qualquer outra forma de transferência das ações adquiridas no exercício da opção.

No âmbito dos Planos A e B, em maio de 2018, foram outorgadas 3.183.234 opções de compra de ações com o período de carência (“*vesting*”) de três anos.

No âmbito do Plano Especial, em setembro de 2019, foram outorgadas opções vinculadas a 51.944.531 ações ordinárias com o período de carência de até 4 anos e 10 meses. Conforme os termos do Plano Especial, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de ações condicionado ao cumprimento de manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle (“condição de serviço”). Cada ação está sujeita à valorização e flutuação de preço no tempo.

A tabela a seguir apresenta os detalhes e a movimentação, em quantidade de ações, de cada um dos programas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Séries	Data da outorga	Término da Carência	Valor de exercício (em reais) (*)	Quantidade de opções de ações em vigor em 31.12.2019 (*)	Opções canceladas (*)	Opções exercidas (*)	Quantidade de opções de ações em vigor em 31.12.2020 (*)
A4	31/05/2016	31/05/2019	R\$1,76	285.993	-	(285.993)	-
A5	25/05/2018	25/05/2021	R\$7,24	389.784	(72.300)	(41.652)	275.832
B5	25/05/2018	25/05/2021	R\$0,01	389.784	(77.844)	(36.108)	275.832
E	12/09/2019	12/07/2024	R\$4,97	51.944.531	-	(324.653)	51.619.878

(*) Decorrente do processo de migração da Companhia para o Novo Mercado da B3, o quadro acima está apresentado em quantidade de ações.

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$53 (R\$14 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa (“Phantom Shares”)

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 24 de julho de 2017, foi aprovado o plano de incentivo de longo prazo que estabelece os termos e condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia, a determinados administradores e empregados (“beneficiário”) da Companhia e de outras sociedades sob o seu controle.

Conforme previsto no referido plano, aditado em 22 de outubro de 2018 para atender à nova estrutura do capital social da Companhia após a migração ao Novo Mercado, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de *Phantom Shares* condicionado ao cumprimento de manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle (“condição de serviço”). Cada *Phantom Share* equivale a 3 (três) ações ordinárias de emissão da Companhia, estando sujeitas à valorização e flutuação de preço no tempo.

Em maio e novembro de 2019, foram outorgadas aos beneficiários do programa o número total de 1.378.744 *phantom shares*, equivalentes a 4.136.232 ações ordinárias de emissão da Companhia. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado à Companhia ou sociedade sob seu controle até o término do *vesting*, previsto para o mês de maio de 2022, o prêmio será pago no mês subsequente à data de apuração.

Em agosto e novembro de 2020, a Companhia outorgou 129.943 *phantom shares*, equivalentes a 389.829 ações ordinárias de emissão da Companhia, aos beneficiários do programa. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou sociedade sob seu controle até o término do *vesting*, previsto para o mês de agosto de 2025. O beneficiário terá o direito de receber o prêmio em 3 parcelas a partir do terceiro aniversário da data da outorga na proporção dos seguintes percentuais: (i) 40% do prêmio na data do terceiro aniversário; (ii) 30% do prêmio na data do quarto aniversário; e (iii) 30% do prêmio na data do quinto aniversário.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor do passivo correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais, está registrado no passivo não circulante e representa o montante de R\$20 (R\$14 em 31 de dezembro de 2019). O total da despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$21 (R\$7 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

e) Reservas de lucros

Subvenção para investimento

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS, conforme descritos na nota explicativa nº 16 (b), que são classificados como subvenção para investimentos. Tendo em vista a Lei Complementar 160/2017, a Companhia em 31 de dezembro de 2020, destinou R\$1.004 para a reserva de subvenção para investimentos, na rubrica de reserva de lucros.

Os valores da subvenção para investimentos não fazem parte da base de cálculo de dividendo mínimo obrigatório, sendo que somente poderá absorver prejuízos ou ser incorporado ao capital social, em conformidade com a Lei 6.404/76.

21. Receita de venda de mercadorias e serviços

a) Política contábil

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos, *marketplace* e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded*. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Bartira e nos serviços de transportes através da VVLog são substancialmente destinadas às operações da Companhia e, conseqüentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando existe a transferência de controle para o comprador. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta.

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados aos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente oferte produtos para que os clientes tenham acesso aos produtos dentro de um site da Companhia. A receita de serviços é gerada através de um percentual por cada negociação fechada (*fee*) dentro do site utilizado.

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social (“PIS”) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços (“ISS”), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada Estado e município, respectivamente.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Mercadorias	31.275	25.155	31.281	26.541
Financeira operacional	1.699	1.742	1.699	1.742
Serviços	1.000	1.027	1.020	1.143
Serviços de frete e montagem	456	390	458	422
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos	34.430	28.314	34.458	29.848
Tributos sobre mercadorias	(5.240)	(3.537)	(5.260)	(3.880)
Tributos sobre finanças operacionais	(76)	(80)	(76)	(80)
Tributos sobre serviços	(126)	(131)	(126)	(150)
Tributos sobre serviços de frete e montagem	(95)	(80)	(95)	(83)
Tributos sobre faturamento	(5.537)	(3.828)	(5.557)	(4.193)
Receita operacional líquida	28.893	24.486	28.901	25.655

22. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Custo com estoques vendidos	18.539	16.331	18.432	17.073
Despesas com pessoal	2.673	2.570	2.750	2.697
Despesa com serviços de terceiros	2.667	1.763	2.763	2.066
Despesas com frete	1.055	777	1.055	858
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	799	541	800	585
Despesas com demandas judiciais trabalhistas	225	809	230	827
Reversão contingências tributárias	-	(108)	-	(108)
Outros	150	762	188	809
	26.108	23.445	26.218	24.807
Custo de mercadorias e serviços vendidos	19.403	17.358	19.435	18.312
Despesas com vendas	5.893	5.174	5.892	5.564
Despesas gerais e administrativas	812	913	891	931
	26.108	23.445	26.218	24.807

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Despesas com reestruturação (i)	(534)	(974)	(537)	(976)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	58	(261)	59	(270)
Outras	86	8	92	11
	(390)	(1.227)	(386)	(1.235)

(i) Nessa linha estão registrados, principalmente, os gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

24. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Despesas financeiras				
Custo da dívida	(416)	(300)	(417)	(302)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(180)	(271)	(180)	(311)
Atualizações passivas	(13)	(76)	(15)	(82)
Juros de passivo de arrendamento	(383)	(413)	(388)	(423)
Outras despesas financeiras	(118)	(33)	(118)	(36)
Total de despesas financeiras	(1.110)	(1.093)	(1.118)	(1.154)
Receitas financeiras				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	35	14	36	18
Atualizações ativas	338	132	339	134
Antecipação a fornecedores	43	33	44	37
Outras receitas financeiras	3	1	3	3
Total de receitas financeiras	419	180	422	192
Resultado financeiro, líquido	(691)	(913)	(696)	(962)

25. Resultado por ação

a) Política contábil

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: (i) lucro (prejuízo) básico; e (ii) lucro diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, deduzidos os instrumentos patrimoniais potencialmente dilutivos sobre a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação

b) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível (prejuízo) aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação.

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Numerador básico		
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído	1.004	(1.433)
Total lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído	1.004	(1.433)
Denominador básico (em milhares de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	1.461.216	1.296.137
Lucro (Prejuízo) básico por ação (em R\$)	0,68707	(0,00111)
Denominador diluído (em milhares de ações)		
Opções de compra de ações	40.870	-
Média ponderada das quantidades de ações	1.461.216	1.296.137
Média ponderada diluída das ações	1.502.086	1.296.137
Lucro diluído (prejuízo) por ação (em R\$)	0,66838	(0,00111)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as opções de compra de ações não têm efeito dilutivo devido ao prejuízo apurado.

26. Cobertura de seguros

A Companhia tem como prática a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos de danos ao patrimônio que possam acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o imobilizado e estoques. A frota de caminhões e veículos leves também é segurada. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer pela paralização das atividades em decorrência de acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados.

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2020, são consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis sinistros e podem ser resumidas da seguinte forma:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Imobilizado e estoques	Riscos nomeados	13.400
Lucro	Lucros cessantes	5.388
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	108

(*) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE").

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no montante de R\$385.

27. Informações sobre os segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e móveis.